



Revista
Academic Research

FAP

Revista Semestral - Volume 8, N° 13, jan/jul de 2022

17
anos

Construindo o
Ensino Superior
de Qualidade na
Região do Baixo
Parnaíba!

Google
scholar

zenodo

CRESU
Centro Regional de Ensino Superior

F
A
P

COMISSÃO EDITORIAL

Mariana Corrêa Soares Muniz
Raimunda Nonata Fortes Braga

COMITÊ DE REDAÇÃO

Mariana Corrêa Soares Muniz
Raimunda Nonata Fortes Braga

SECRETÁRIA

Janaína Mascarenhas de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Antônio Ailton Penha Ribeiro

Mestre em História – UFMA/MA

Profa^a. Camila Oliveira Neves

Mestra em Educação – UFPI/PI

Prof^o. Dr. Casemiro de Medeiros Campos - FAP

Doutor em Educação – UFC/CE

Prof^o. Dr. Cláudio Gonçalves da Silva - UFMA

Doutor em Agronomia/Entomologia Agrícola – UFLA/MG

Prof^a. Ma. Francinalda Araújo e Silva - FAP

Mestra em Desenvolvimento Humano – UNITAU/ SP

Prof^a. Ma. Mariana Corrêa Soares Muniz

Mestra em Políticas Públicas – UFMA/MA

Prof^a. Ma. Raimunda Nonata Fortes Braga - FAP

Mestra em Desenvolvimento Humano – UNITAU/ SP

PROGRAMAÇÃO VISUAL / DIAGRAMAÇÃO / CAPA

Raimunda Nonata Fortes Braga

José Victor Mesquita Moraes

NORMALIZAÇÃO

Rayssa Cristhália Viana da Silva

FAP Academic Research / Faculdade do Baixo Parnaíba. v. 8, n. 13,
(jan./jul. 2022) – Chapadinha- MA, 2022.

v. 8, n. 13, (jan./jul. 2022)
Semestral

ISSN 2446-8312

1. Educação Superior – Periódicos. I. Faculdade do Baixo Parnaíba. II.
Título.

CDU 378(051)

Elaborada pela Bibliotecária Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

A *FAP Academic Research* é um periódico editado e organizado pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), instituição de educação superior localizada no município de Chapadinha, na região conhecida como Baixo Parnaíba e Alto Munim, no estado do Maranhão, Brasil. Além de cumprir o objetivo de constituir um veículo para a divulgação dos trabalhos de alta qualidade e rigor acadêmico produzidos pelo corpo docente e discente da FAP, o Periódico tem a missão de fazer avançar as trincheiras da consolidação da oferta de uma educação superior de qualidade e verdadeiramente emancipadora no interior do Maranhão.

Localizada no meio do semiárido maranhense, Chapadinha está rodeada por uma das regiões mais pobres do estado do Maranhão, por sua vez, um dos estados com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Nesse contexto, os desafios envolvidos na oferta de educação superior de qualidade, sobretudo, para uma instituição privada, não são poucos. Desde a frágil educação básica oferecida pelas escolas públicas locais, até as dificuldades econômicas de uma população de gente muito trabalhadora, mas muito explorada e aviltada de direitos fundamentais, acumulam-se as dificuldades apresentadas ao processo educacional na região.

Em tal cenário, a FAP acredita que somente uma educação que emancipe de maneira duradoura e sustentável pode dar sentido à continuação desse projeto, caso em que a pesquisa científica, contextualizada e consciente de sua qualidade política inerente, tem um papel fundamental a desempenhar. Mais do que profissionais tecnicamente qualificados para o mercado de trabalho, a FAP busca formar cidadão críticos e capazes de transformar as suas realidades e as daqueles a sua volta. É justamente esse processo de emancipação que pode ser muito favorecido pelas habilidades de pesquisadores, cuja função básica é a de tirar paradigmas do pano de fundo social, questioná-los e, se necessário desconstruí-los.

Contamos, portanto, com a colaboração de toda a comunidade acadêmica da FAP para enriquecer cada vez mais a produção científica séria e crítica desta IES. Da mesma forma, convidamos professores, estudantes e pesquisadores, desde a iniciação científica até o pós-doutoramento, a contribuírem com o periódico com seus trabalhos e pesquisas, a fim de fortalecer a missão de Davi contra Goliath que é esta de viabilizar a pesquisa e a emancipação pela educação no interior do Maranhão.

Os trabalhos devem ser enviados em arquivo eletrônico em word para <nupex@fapeduca.com.br>, incluindo:

- O corpo do artigo, com 7.000 a 10.000 palavras. As notas de rodapé devem ser, preferencialmente, curtas e objetivas, ao passo que as referências bibliográficas devem estar de acordo com o padrão ABNT;
- Breve biografia da autora ou do autor, com, no máximo, 50 palavras;
- Um resumo do artigo, respeitando o máximo de 150 palavras, incluindo palavras-chave que facilitem a catalogação bibliográfica.

Embora priorizemos trabalhos inéditos, subsidiariamente, poderemos aceitar trabalhos já publicados, que sejam de indiscutível relevância para a temática da Revista. Por sermos uma Faculdade que oferece majoritariamente cursos das Ciências Sociais Aplicadas, nosso foco

está em artigos com temáticas relativas à Gestão da Educação, Políticas Sociais, Metodologias da Educação e Direitos Humanos, mas em função de nossa missão interdisciplinar, estimulamos o envio de trabalhos relacionados a outros temas, que possam, de alguma forma, ser correlatos.

Desde já, agradecemos a parceria.

Equipe editorial.

EDITORIAL	6
O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	7
Cândida Helena Lopes Alves Maria Tereza Ramos Vale Halabe	
SAÚDE MENTAL E POVOS INDÍGENAS: uma escolha metodológica	20
Mariana Corrêa Soares Muniz	
QUESTÃO AGRÁRIA E LUTAS SOCIAIS: formas de organização e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na luta pela terra	30
Aylana Cristina Rabelo Silva	
ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A RELEVÂNCIA E OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DE IDOSOS NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA	42
Maria Hilmara Sousa Viana Portela da Ponte Thalyta de Araujo Sousa	
LITERATURA E GESTO POÉTICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	55
Maria Auridéia Moraes do Vale	

EDITORIAL

À medida que a Faculdade do Baixo Parnaíba, instituição responsável pela edição e publicação deste periódico, se aproxima de seu jubileu de 15 anos, sua vocação pela defesa da educação como ferramenta crucial para a emancipação de um povo consolida-se e evidencia-se através da produção acadêmica emanada de seu corpo docente e discente. Entretanto, neste mesmo período a FAP vem crescendo, expandindo o seu campo de atuação e diversificando os cursos em que oferece formação de nível superior de qualidade. Neste movimento, a produção acadêmica da Faculdade e o seu interesse pela produção acadêmica produzida por agentes de outras instituições de ensino e pesquisa vem se ampliando para além do âmbito das licenciaturas e adentrando o campo das ciências sociais, notadamente, tendo em vista vocação das demandas da região onde está inserida, as ciências sociais aplicadas.

Neste sentido, a *FAP Academic Research* passa gradativamente, a partir deste número, a refletir essa diversidade e interdisciplinaridade do conhecimento produzido no seio de sua comunidade acadêmica. Além dos artigos de praxe, que oferecem perspectivas arrojadas e fundamentadas a respeito dos temas prementes no campo da educação, passando pelo processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, perfil dos profissionais na docência do ensino superior e gestão democrática em escolas públicas, este número traz ainda uma reflexão crucial para o nosso tempo, tanto jurídica quanto política acerca do atual estado de concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil e a repercussão de tão concentração para a crise em nossa democracia.

A *FAP Academic Research* segue, assim, cumprindo sua missão de produzir e difundir conhecimento fundamentado e de qualidade oferecendo as necessárias pontes entre teoria e a realidade necessariamente conflituosa em que está inserida. Que possamos continuar contribuindo para o desenvolvimento e emancipação do povo do Baixo Parnaíba a partir do conhecimento.

A equipe editorial.

O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

THE FUNDAMENTAL RIGHT TO PRIVACY AND THE GENERAL DATA PROTECTION LAW

Cândida Helena Lopes Alves¹
Maria Tereza Ramos Vale Halabe²

RESUMO: O presente artigo debate sobre a privacidade a partir da perspectiva engendrada na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD, Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018). Questiona a adequação da LGPD à proteção do direito à privacidade, sendo que até então, outras leis que regulamentaram o uso das tecnologias para recolhimento de dados dos usuários se mostraram brandas, ou mesmo ineficazes para tal regulação. Entende que a Lei n.º 13.709 é um avanço no setor e foi pensada a partir de outras leis internacionais, em destaque a *General Data Protection Regulation* (GDPR). A pesquisa foi realizada através da plataforma *Omnis*, na Revista dos Tribunais *online*, dando destaque para os artigos que cruzavam o tema Lei Geral de Proteção de Dados e direito à privacidade, a partir de 2018, data de promulgação da LGPD. Quanto aos resultados da pesquisa nota-se que, ainda que não isenta de críticas, a nova lei tem sido percebida com otimismo quanto à proteção da privacidade pelos pesquisadores do tema.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Privacidade. LGPD.

ABSTRACT: This article discusses privacy from the perspective engendered in the General Data Protection Law (LGPD, Law n.º. 13.709, of august 14, 2018). It questions the adequacy of the LGPD to protect the right to privacy, since until then, other laws that regulated the use of technologies for collecting data from users proved to be lenient or even ineffective for such regulation. It regards that the Law n.º. 13.709 is an advance in the sector and was designed based on other international laws, especially the General Data Protection Regulation (GDPR). The survey was conducted through the *Omnis* platform, in *Revista dos Tribunais online*, highlighting the articles that crossed the theme General Data Protection Law and the right to privacy, from 2018, the date of enactment of the LGPD. As for the research results, it is noted that, although not exempt from criticism, the new law has been perceived with optimism concerning the protection of privacy by researchers on the subject.

Keywords: Fundamental Rights. Privacy. LGPD.

¹ Doutorado em Neuropsicologia pela Universidade de Salamanca, Espanha (2011). Membro da Diretoria da ABPJ (Associação Brasileira de Psicologia Jurídica). Docente da Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: candida.alves@hotmail.com

² Mestranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Especialista em Gestão da Educação. Bacharela em Direito e em Psicologia. Advogada OAB/MA 14.911. E-mail: tereza.halabe@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A recente promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD, Lei n.º 13.709/2018), com base numa das maiores leis de proteção de dados do mundo – a *General Data Protection Regulation*³ (GDPR) em vigor desde maio de 2018 na União Europeia – disciplinou as questões referentes ao direito à privacidade dos dados no Brasil, algo antes apenas citado de forma vaga no Marco Civil da Internet (Lei n.º 12.965/2014).

Acontece que a LGPD regula quando o tratamento de dados pessoais é permitido, além de apontar as responsabilidades e consentimentos da utilização. Evidentemente, frente a falta de regulamentação da área, houve um ganho, mas como ocorre em questões complexas como essas, o real impacto da legislação sobre o direito fundamental à privacidade ainda está em discussão.

Assim sendo, destaca-se a necessidade de maior elucidação sobre o que o direito constitucional brasileiro entende sobre direito à privacidade e como a LGPD influencia na proteção a esse direito fundamental. Para concretizar esse intento, a pesquisa realizada, além de apresentar uma perspectiva conceitual sobre o direito à privacidade e algumas considerações essenciais sobre a LGPD, buscou sintetizar como o tema tem sido recepcionado pelos pesquisadores da área. Reuniu através de pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativa, as principais aplicações da LGPD no cenário brasileiro, destacando sobretudo a sua eficácia na preservação da privacidade.

O método de abordagem adotado foi o hipotético-dedutivo, que parte de uma conjectura provisória (hipótese), submetendo-a a um processo de verificação (falseamento), com o intuito de aceitá-la ou não. Nesse contexto, a hipótese a ser verificada é se a nova lei será eficaz no sentido de tutelar o direito fundamental à privacidade. O método de interpretação utilizado será o sistemático, verificando-se a interação dos institutos retrocitados dentro do sistema jurídico brasileiro e sua coerência textual.

2 FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Direito à privacidade

Em relação ao direito à privacidade, o inciso X do art. 5º da Constituição Federal – CF (BRASIL, 1988), apresenta a inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas. Quando esmiuça-se a CF em busca de melhor definir o que é

³ Regulamento Geral de Proteção de Dados.

privacidade, alguns autores entendem a vida privada dentro do contexto da relação do indivíduo com o meio social em que vive, compreendendo os contatos que ele faz com as instituições e pessoas. Enquanto a intimidade denotaria as relações que o indivíduo estabelece com as pessoas mais próximas, como seus familiares.

Nas palavras de Mendes e Branco (2018, p. 285):

O direito à privacidade teria por objeto os comportamentos e acontecimentos atinentes aos relacionamentos pessoais em geral, às relações comerciais e profissionais que o indivíduo não deseja que se espalhem ao conhecimento público. O objeto do direito à intimidade seriam as conversações e os episódios ainda mais íntimos, envolvendo relações familiares e amizades mais próximas. [...]

A reclusão periódica à vida privada é uma necessidade de todo homem, para a sua própria saúde mental. Além disso, sem privacidade, não há condições propícias para o desenvolvimento livre da personalidade. Estar submetido ao constante crivo da observação alheia dificulta o enfrentamento de novos desafios. A exposição diuturna dos nossos erros, dificuldades e fracassos à crítica e à curiosidade permanentes de terceiros, e ao ridículo público mesmo inibiria toda tentativa de autossuperação. Sem a tranquilidade emocional que se pode auferir da privacidade, não há muito menos como o indivíduo se autoavaliar, medir perspectivas e traçar metas.

Se por um lado, existem autores como Mendes e Branco (2018), que tentam traçar uma distinção entre privacidade e intimidade, outros como Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2021) apontam que se trata de uma distinção difícil de sustentar, sobretudo devido à fluidez entre as várias dimensões da vida privada. Conforme Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2021, p. 199): “[...] embora ambas as dimensões (privacidade e intimidade) tenham sido expressamente referidas [na CF], haverão de ser analisadas em conjunto, pois se cuida de esferas (níveis) do direito à vida privada”.

A partir dessa perspectiva mais abrangente, incluindo a intimidade no contexto mais amplo de proteção do direito à vida privada, pode-se dizer com Sarlet *et al* (2020) que a intimidade, então, estaria ligada à vida do indivíduo, que por causa disso poderia, inclusive, ocultar sua forma de vida. Nesse âmbito, a intimidade acaba se ligando a outros direitos que igualmente cuidam da preservação de coisas privadas.

Percebe-se que a CF, apesar de ser basilar para o assunto, não tem como dar conta de todas as questões hodiernas envolvendo o tema, principalmente diante da velocidade imposta pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). Estas impuseram, nos últimos anos, muitos dilemas de como as *Big Datas*⁴ foram utilizadas, a exemplo dos dois grandes casos apontados pelos pesquisadores Szinvelski, Arceno e Francisco (2019, p. 132-134): a análise de dados em massa do governo dos Estados Unidos da América – EUA na “guerra ao terror” e o caso *Cambridge Analytica* que se apropriou de dados pessoais através

⁴ Segundo Teixeira (2020, p. 306) “*Big Data*: em português literal, Grandes Dados; ou, em sede de tecnologia da informação: grandes conjuntos de dados que são processados e armazenados”.

do *Facebook* e gerou enorme repercussão política. Este e outros acontecimentos relatados no artigo “Perspectivas jurídicas da relação entre *big data* e proteção de dados” apontam as *Big Datas* como “efeito inevitável da quarta revolução industrial⁵” e a função do Direito como “escudo, ou seja, como barreira frente à violação de direitos e o uso indiscriminado dos dados pessoais sem o consentimento dos titulares”. Neste contexto, é necessário apontar os principais pontos inovadores da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD, 2018) para relacioná-la, ou não, a garantia do direito à privacidade.

2.2 Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Em relação a LGPD, já indicamos que ela teve assumida relação com a Lei Europeia de *General Data Protection Regulation* (GDPR) de 2016, e os autores Piurcosky *et al.* (2019, p.91) apontam que, no âmbito das empresas, a lei trata a privacidade em termos de “confidencialidade, integridade e disponibilidade”. Neste sentido, a lei busca a “garantia de que o acesso à informação é restrito aos seus usuários legítimos”.

Os autores analisam que o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR, UE 2016/679) surge para proteger as pessoas das violações de dados que poderiam ocorrer pelas empresas de diversos segmentos do mercado. Para proteger os direitos das pessoas, o regulamento se baseou na ideia do consentimento. Para Piurcosky *et al.* (2019, p. 92) “[...] para que o consentimento seja válido, deverá existir uma declaração escrita, ou em formato eletrônico, ou uma declaração oral registrada pelo titular do dado”. Assim, exigem das empresas, que estes dados sejam utilizados de “forma legal, equitativa e transparente”, ou seja, é necessário que haja no consentimento, desde o princípio, a finalidade de uso dos dados, bem como as garantias de segurança, responsabilizando as empresas em caso de extravios.

Este molde da lei de proteção de dados europeia foi seguido pelo Brasil, que precisava de legislação específica. Em comparação à lei estrangeira, a lei brasileira destacou inúmeros pontos de proteção, entre eles “os princípios do respeito à privacidade, liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; não violação da intimidade, honra e imagem; livre iniciativa, livre concorrência e defesa do consumidor e, principalmente, os direitos humanos” (PIURCOSKY *et al.*, 2019, p. 93).

⁵ Conforme Sarlet *et al* (2020, p. 428) a quarta Revolução Industrial “iniciou na virada do século e é baseada na Revolução Digital tendo como característica uma internet mais ubíqua e móvel, por sensores menores e mais poderosos que se tornaram mais baratos e pela inteligência artificial e aprendizagem automática”.

A lei não foca em regulamentar a ação de pessoas naturais na busca de dados para informação, particular e não econômico, apesar de prever a hipótese de elas infringirem a lei ao expor os dados coletados a agentes de tratamentos (nacional ou estrangeiro). A LGPD está voltada para a utilização de dados em massa pelas empresas e, para cumprir este papel, a lei dispõe que estas devem apontar os responsáveis pelo tratamento de dados da organização” (PIURCOSKY *et al.*, 2019).

Também é evidenciado pela LGPD, para resguardar os direitos fundamentais expostos, o necessário consentimento dos titulares para a coleta de informação da empresa, assegurando a privacidade e o uso para determinado fim apresentando. A lei entende o banco de dados como “conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico”. O titular pode ainda solicitar a informação de quais são os dados que ele fornece, bem como a correção de eventuais equívocos. Pode ainda, segundo a LGPD, art. 17, inciso IV, solicitar “anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei” (BRASIL, 2018).

Sobre os responsáveis das empresas para o tratamento dos dados, a lei distingue o controlador, como sendo uma “pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais” e o operador, como sendo uma “pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador” (BRASIL, 2018). Ambos são responsáveis pelo tratamento de dados e tem o dever de:

[...] formular novas políticas para se adequarem à Lei, estabelecendo novas condições para a organização em relação ao seu regimento de funcionamento, procedimentos, incluindo termos para reclamação e petições dos titulares dos dados, além de implementações de normas de segurança, padrões técnicos, obrigações específicas para os envolvidos no tratamento de dados, ações educativas para seus empregados e supervisão de riscos do negócio e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais (PIURCOSKY *et al.*, 2019, p. 93).

Entendemos o maior rigor apresentado pela LGPD a todos aqueles que fazem uso comercial dos dados colhidos dos titulares, devendo eles além de buscar o consentimento, trabalhar continuamente para a proteção dos dados coletados. Por isso, o investimento em treinamento das empresas para cumprir a LGPD tem aumentado. É o que aponta Hissa (2021), ao dizer que “com a entrada em vigor da LGPD e os vazamentos de milhões de dados, as empresas expõem suas fragilidades e vulnerabilidades e estão na mira dos órgãos fiscalizadores”.

A autora enfatiza que as fiscalizações têm se concentrado na demonstração, por parte das empresas de que tomam “medidas de segurança, técnicas e administrativas” e que estas são eficientes para proteger os dados dos titulares em caso de tentativa, não autorizada, de acesso. Além disso, as empresas devem provar que são capazes de lidar com situações “acidentais ou ilícitas” como perda, destruição ou alteração dos dados, bem como quais as medidas para contenção de danos (HISSA, 2021).

Estas medidas são explicadas por Sarlet *et al.* (2020, p. 349), em seu capítulo intitulado “A necessária limitação ao legítimo interesse do fornecedor no tratamento de dados pessoais dos consumidores”. A autora apresenta que a maior parte das pessoas não sabe o porquê seus dados pessoais são tão importantes para as empresas. Ela indica que os titulares não estão plenamente cientes dos riscos presentes no dia a dia de seu acesso à internet, por exemplo, mesmo que tenham “a sensação de que estão bisbilhotando suas conversas e empurrando propaganda com base no que é falado, o que evidencia a situação de hipossuficiência e vulnerabilidade dos consumidores”.

Para Sarlet *et al.* (2020) o *marketing* e a publicidade evoluíram de tal maneira, implantando o chamado *neuromarketing*, que tem utilizado os subterfúgios de coletas de dados para aumentar a possibilidade de engajamento em campanhas publicitárias, influenciando em diversas decisões, inclusive nas compras. Fazem uso dos arquivos armazenados em aparelhos eletrônicos (*cookies*) que gravam as pesquisas e padrões de utilização dos usuários da tecnologia. Para a autora, o mais grave é a não explicitação do real intento, por parte dos controladores e operadores de tecnologia das empresas, o que deixa os titulares em situação de vulnerabilidade.

Para provar sua tese, Sarlet *et al.* (2020, p. 357) apresenta os usos possíveis da LGPD:

Ao total, são previstas onze hipóteses autorizativas para o tratamento de dados pessoais, dentre elas, o consentimento do titular; o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador dos dados; a execução de contrato ou de procedimentos contratuais preliminares; o exercício regular de direito em processo judicial, administrativo ou arbitral; para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros; para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; para a proteção do crédito; pela administração pública, para a execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos; e finalmente, para atendimento de interesses legítimos do controlador ou de terceiros.

Este último tópico, “atendimento de interesses legítimos do controlador ou de terceiros”, bem como o “apoio das atividades do controlador” abre um hiato, na perspectiva de Sarlet *et al.* (2020), nos termos de consentimentos dados pelos titulares, pois não se baseiam no princípio da transparência. Podemos aqui ampliar o questionamento trazido pela autora, ao indicarmos que a Lei

Geral de Proteção de Dados (LGPD, 2018) não apresenta prazos para utilização destas informações, bem como, apesar de apresentar a necessidade do consentimento, permite aos controladores utilizarem do tratamento de dados para diversos fins, desde que dentro do objetivo comercial da empresa.

São questões que demonstram a necessidade de o Direito refletir mais sobre este tema, pois apesar de abrangente, a LGPD ao ser confrontada com a realidade poderá não dar conta das atividades que se propõe a proteger: os direitos fundamentais. Por isso, neste artigo, passamos agora a análise de pesquisas realizadas a partir de 2018, momento da promulgação da Lei 13.709/2018 (LGPD).

Para realizar a pesquisa bibliográfica foco deste artigo, utilizou-se as palavras chaves “Lei Geral de Proteção de Dados” e “direito à privacidade” na plataforma *Omnis*, focando em artigos de periódicos que fazem a intercessão entre direito e tecnologia, dentro da coleção de Revistas dos Tribunais *Online*.

Como o assunto de proteção de dados é extenso, contemplando o fazer de várias modalidades de empresas no Brasil, destaca-se que os resultados da pesquisa, de natureza qualitativa, foram obtidos a partir da descrição das situações-problemas encontradas pelos pesquisadores em relação às categorias (privacidade e LGPD), e nos possibilitou a investigação da interação dos institutos dentro do sistema jurídico brasileiro e sua coerência textual, método auxiliar para verificação da hipótese da pesquisa, isto é, se a nova lei é eficaz no sentido de proteger o direito fundamental à privacidade.

3 RESULTADOS

Santos e Taliba (2018) no artigo “Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil e os possíveis impactos” trazem importantes resultados no tópico “Dos impactos da Lei de Proteção de Dados às práticas corporativas – Das boas práticas e governança” e no tópico “Das Penalidades e os impactos da boa-fé e da efetiva governança”.

No que tange ao primeiro tópico citado, conforme trazem as autoras, a Lei Geral de Proteção de Dados traz não apenas regras novas, mas uma mudança de “mentalidade” no que concerne à proteção de dados pessoais, impondo a adaptação à adoção de medidas de proteção de tais dados, sob pena de condenações por responsabilidade civil e penal, além do impacto de multas milionárias (SANTOS; TALIBA, 2018).

A empresa que, em suas atividades, fique responsável pela coleta e tratamento, armazenamento, acesso, transmissão, arquivamento e destruição de dados pessoais, que tenha estabelecimento no Brasil, que ofereça serviços e produtos no âmbito nacional, mesmo que por meio digital, deve adotar determinadas medidas visando observar alguns fundamentos e princípios, como a minimização dos dados, a adequação com a finalidade, o consentimento

inequívoco etc. (SANTOS; TALIBA, 2018).

A LGPD traz o “agente de tratamento” e este refere-se tanto ao controlador, isto é, aquele que toma as decisões sobre o tratamento dos dados, quanto ao operador, que é aquele que faz o tratamento dos dados de acordo com o que dita o controlador. Ambos os agentes de tratamento devem observar medidas técnicas e administrativas para a segurança e proteção dos dados pessoais, combatendo acessos não autorizados, sejam acidentais ou não (SANTOS; TALIBA, 2018, p. 6).

De tais medidas, pode-se ressaltar:

a) A criação de relatórios de impacto que traga “a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco” (SANTOS; TALIBA, 2018, p. 7), além da contratação de um “encarregado”, que atua como canal de comunicação entre os titulares dos dados, o controlador e a autoridade nacional. Ressalta-se que o encarregado é pessoa física indicada pelo controlador e que deve ter independência funcional e financeira.

b) A comunicação pelo controlador à autoridade nacional e aos titulares diante de qualquer incidente que ocasione risco à segurança ou danos aos titulares, como o vazamento de dados pessoais. A exemplo da empresa Uber, noticiado em setembro de 2018, que foi multada por não cumprir a obrigação de comunicar o vazamento de dados de seus clientes. Se por um lado a obrigatoriedade de comunicação mancha a credibilidade da empresa, por outro impõe o cumprimento de medidas de mitigação de riscos quanto ao vazamento de dados (SANTOS; TALIBA, 2018, p. 7).

c) A estruturação dos sistemas utilizados para tratamento de dados pessoais a fim de cumprir padrões de segurança, de boas práticas e governança. Poderão ser estabelecidos padrões técnicos mínimos a serem observados pelas empresas, bem como podem ser formuladas “regras de boas práticas e conduta” e “programas de governança em privacidade”, estas a serem publicadas e atualizadas periodicamente e serão consideradas no que tange às certificações das empresas e para redução de sanções administrativas (SANTOS; TALIBA, 2018, p.8).

d) A estruturação das empresas a fim de atender aos princípios da LGPD, alterando seus sistemas, fazendo investimentos em *marketing*, recursos humanos, logística, jurídico etc. (SANTOS; TALIBA, 2018).

No que tange ao segundo tópico citado, que trata das penalidades, as autoras trazem que as sanções administrativas diante de infrações cometidas à LGPD, contempla desde advertências até multas (2%) que incidem sobre o faturamento líquido das empresas, podendo chegar a no máximo R\$ 50 milhões por cada infração cometida. Pode-se também determinar a destruição de dados pessoais e multas diárias para obrigar o cumprimento da determinação, também dentro do limite retrocitado. Diversas condutas, já mencionadas no tópico anterior podem atenuar a responsabilização da empresa por infração à lei (SANTOS; TALIBA, 2018).

Assim, resta evidente que a “implementação de programas de governança em privacidade” e “o mapeamento adequado de riscos”, obedecendo-se à LGPD, são fundamentais para a segurança das atividades das empresas relacionadas à proteção de dados (SANTOS; TALIBA, 2018, p. 10).

Finalizam as pesquisadoras ressaltando que a LGPD traz uma nova mentalidade sobre como os dados pessoais devem ser tratados, promovendo maior efetividade à garantia constitucional da intimidade e da vida privada, do sigilo dos dados e da correspondência, além de colocar em prática o limite constitucional imposto ao sistema capitalista, que é o respeito à dignidade da pessoa humana (SANTOS; TALIBA, 2018).

Castro (2019) no artigo “Direito Digital na era da internet das coisas: o direito à privacidade e o sancionamento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais” vai abordar a relação entre o Direito Eletrônico, a Internet das Coisas ⁶, a privacidade e a LGPD, observando-se o desenvolvimento tecnológico, social e econômico e o impacto na qualidade de vida do ser humano. A pesquisadora aponta a preocupação com o armazenamento de dados por empresas e a grande troca de informações potencializada pelo desenvolvimento da tecnologia, com mais equipamentos com possibilidade de interação virtual, e como tudo isso acaba impactando sobre os direitos constitucionais de privacidade e dados pessoais como preferências, rotinas, localizações e outras informações confidenciais.

Finaliza a pesquisadora ressaltando que o direito tenta acompanhar os avanços sociais e tecnológicos, mas no que tange à preocupação com o direito fundamental à privacidade, a autora questiona se a LGPD vai dar conta da proteção dos dados pessoais. Frisa que se trata de um tema ainda recente e que ainda surgirá muito material na jurisprudência e na doutrina a fim de firmar entendimentos mais práticos sobre o assunto (CASTRO, 2019).

⁶ Segundo Teixeira (2020, p.82) Internet das coisas refere-se ao “avanço tecnológico pelo qual aparelhos de uso comum passam a ser dispositivos eletrônicos que se comunicam entre si sem a necessidade do manuseio humano”.

Regis (2020) no artigo intitulado de “Linhas gerais sobre a lei 13.709/2018 (LGPD): objetivos, fundamentos e axiologia da Lei Geral de Proteção de Dados brasileira e a tutela de personalidade/privacidade”, aponta que a LGPD estabeleceu bases importantes para a proteção à privacidade no atual quadro irreversível de coleta e tratamento de dados pessoais. Comenta que já em 1890 alertava-se para a tutela da privacidade diante do desenvolvimento tecnológico, ainda que, naquele momento, se apontasse para uma proteção de caráter apenas negativo da privacidade, o que seria insuficiente diante do estado hodierno da técnica, levando em contato a pulverização de dados pessoais pelos mais diversos meios.

Ressalta o pesquisador que a LGPD trouxe uma proteção de natureza não apenas negativa, mas também positiva da privacidade, dando ao titular dos dados a possibilidade de controlar as suas informações, com o intuito de evitar a utilização destas para finalidades diversas para as quais foram coletadas. Apesar disso, o autor aponta que a repercussão e a eficácia da LGPD ainda são incertas e precisa-se de tempo para ver sua real efetividade (REGIS, 2020).

Aduz ainda o autor que a nova lei traz um roteiro normativo amplo a ser interpretado e aplicado à luz da dignidade da pessoa humana e, se necessário, aplicada em conjunto com outras leis específicas que tratem sobre a proteção de dados, mas sempre levando em conta os valores constitucionais (REGIS, 2020).

Por fim, traz o autor que se descortina hoje o desafio de compatibilizar a proteção da pessoa humana titular dos dados pessoais e os interesses do mercado. Havendo necessidade de atenção à nova norma pelos *players* de mercado, a fim de: i) impedir que “caracteres da personalidade humana” sejam utilizados apenas com intuito patrimonial, reduzindo o ser humano a um mero meio para a realização de uma finalidade comercial; ii) possibilitar o desenvolvimento econômico; iii) evitar multas e responsabilização civil em razão do uso indiscriminado e vil de dados pessoais. Em suma, entende o autor que é preciso antes “tutelar a pessoa, para que, então, se permita a necessária tutela do mercado” (REGIS, 2020, p.18).

Rodrigues e Ferreira (2019) no artigo intitulado “A privacidade no ambiente virtual: avanços e insuficiências da Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil (Lei 13.709/18)”, interpreta a LGPD como um avanço, pois parte-se de uma concepção protetiva insípida da Lei 12.965, de 23 abril de 2014 (o Marco Civil da Internet), para colocar o Brasil entre os países que dispõe de forma robusta sobre a proteção de dados.

Frisam que a LGPD, inspirada no direito alienígena, concede modernidade ao trazer novas proposições no que se refere à privacidade e à proteção de dados, a exemplo do consentimento do titular como requisito para autorização do tratamento de dados pessoais.

Comentam que a partir da nova norma deu-se ainda um tratamento mais cuidadoso aos dados pessoais sensíveis, que são aqueles que, conforme art. 5º da lei, implicam em grande potencial discriminatório como, por exemplo, opinião política, origem racial, convicção religiosa (RODRIGUES; FERREIRA, 2019).

Outro ponto de avanço é a possibilidade de destruição de dados e mesmo a “desindexação de informações descontextualizadas na realidade sociodigital”, seguindo-se a tese majoritária na doutrina de direito ao esquecimento. O direito do titular dos dados é assim protegido, em detrimento do eventual lucro que seu dado poderia proporcionar. Um claro benefício da nova lei é a possibilidade de o titular poder requerer o acesso aos seus dados, sem que para isso necessite entrar com um processo judicial (RODRIGUES; FERREIRA, 2019, p. 14).

Contudo, apesar de reconhecer os avanços, os pesquisadores criticam, o art. 43, III, que isenta o agente causador do dano quando há culpa exclusiva da vítima, entendendo que mal interpretado o artigo pode trazer prejuízos para grupos vulneráveis. Contestam, ainda, a utilização de termos vagos como “defesa nacional” ou “segurança pública”, que exigem uma interpretação casuística. Lançam críticas também em relação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, que terá o papel de autoridade máxima no que tange à aplicação da LGPD no âmbito nacional, haja vista depender ainda de lei que a criará, o que certamente tornará mais difícil a efetividade de várias normas da nova lei. Assim, enquanto não houver criação dos órgãos necessários à aplicação da LGPD, restará ao poder judiciário interpretar a norma (RODRIGUES; FERREIRA, 2019).

Finalizam, trazendo um balanço geral, ao dizer que a LGPD é bastante eficiente no que concerne à tutela dos dados pessoais, possibilitando a proteção à privacidade dos usuários no atual contexto digital. E que a nova lei ao priorizar a pessoa humana, remete os dados para um segundo plano, o que se caracteriza por um grande avanço, seguindo a tendência dos demais códigos que tratam da proteção de dados, principalmente na Europa (RODRIGUES; FERREIRA, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos, a partir das pesquisas levantadas, relativa convergência de posicionamento a respeito do tema, no qual os pesquisadores apontam para um avanço protetivo realizado pela LGPD, em consonância com a legislação em âmbito mundial, no que concerne ao direito fundamental à privacidade, haja vista diversos cuidados tomados pelo

legislador com o fito de proteção dos dados. Um desses cuidados é a exigência do consentimento do titular da informação como requisito para autorização do tratamento de dados pessoais. Outro exemplo é a concessão do controle ao titular dos dados a fim de se evitar a utilização de suas informações para fins diversos dos originalmente coletados.

Sabemos que, na atual sociedade informacional, a maior riqueza mundial são as informações, os dados. E qualquer tipo de cadastro pessoal, desde uma simples compra pela internet até a inscrição em redes sociais, exige a inserção de dados do usuário. Esses dados devem ser tratados com segurança para que não sejam atingidos pela vulnerabilidade da rede. Ademais, as relações entre usuários e empresas devem ser realizadas com transparência, para que as informações sejam utilizadas conforme o fim originalmente pactuado e não em favor de lucros do mercado.

Nesse contexto, a LGPD tem o condão de trazer essa esfera protetiva, extremamente necessária na atual conjuntura social, promovendo a elevação de valores constitucionais como a dignidade da pessoa humana e possibilitando uma maior segurança para os titulares de dados.

Contudo, apesar do otimismo com que a nova lei tem sido recebida, ela não está isenta de críticas. Podemos citar, por exemplo, a indeterminação de alguns termos como “defesa nacional” ou “segurança pública” que exigem uma interpretação casuística; ou mesmo o fato de não existir ainda a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD que depende de lei que a criará, mas já aparece em diversos dispositivos da lei, o que certamente implicará em algumas dificuldades interpretativas. Por fim, existem alguns pesquisadores mais cautelosos que ressaltam que a repercussão e a eficácia da LGPD ainda são incertas e aduzem que apenas o tempo dirá com certeza se de fato ela trará real efetividade para esfera protetiva da privacidade.

No que tange à verificação da hipótese da pesquisa, isto é, se a nova lei é eficaz no sentido de tutelar o direito fundamental à privacidade, compreende-se que a LGPD trouxe diversos avanços na seara da proteção do direito à privacidade, que atuam em consonância com as legislações mais avançadas no âmbito global. E é com otimismo que se percebe a sua entrada no sistema jurídico brasileiro, sobretudo porque coloca como centro protetivo a dignidade da pessoa humana, impondo freio à exploração de dados pessoais pelo mercado. Todavia, como tudo o que é recente, deve ser analisada com alguma cautela e a certeza se a LGPD será suficiente diante do vertiginoso processo evolutivo da internet é algo a ser avaliado *a posteriori*.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [202-]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 26 jun. 2021.
- CASTRO, Bárbara Brito de. Direito digital na era da internet das coisas: o direito à privacidade e o sancionamento da lei geral de proteção de dados pessoais. **Revista de Direito e as Novas Tecnologias**, v. 2, p.1-17, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://revistadoatribunais.com.br/>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- HISSA, Carmina. **A pressão da LGPD sobre as empresas**. Disponível em: <https://infoteameducation.com.br/a-pressao-da-lgpd-sobre-as-empresas>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- PIURCOSKY, Fabrício Peloso *et al.* A lei geral de proteção de dados pessoais em empresas brasileiras: uma análise de múltiplos casos. **Suma neg.**, Bogotá, v. 10, n. 23, p. 89-99, dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2215-910X2019000300089&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 jun. 2021.
- REGIS, Erick da Silva. Linhas gerais sobre a lei 13.709/2018 (LGPD): objetivos, fundamentos e axiologia da lei geral de proteção de dados brasileira e a tutela de personalidade/privacidade. **Revista de Direito Privado**, v. 103, p. 63-100, jan./fev. 2020. Disponível em: <https://revistadoatribunais.com.br/>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- RODRIGUES, Yuri Gonçalves dos Santos; FERREIRA, Keila Pacheco. A privacidade no ambiente virtual: avanços e insuficiências da lei geral de proteção de dados no Brasil (lei 13.709/18). **Revista de Direito do Consumidor**, v. 122, p. 181-202, mar./abr. 2019. Disponível em: <https://revistadoatribunais.com.br/>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- SANTOS, Fabíola Meira de Almeida; TALIBA, Rita. Lei geral de proteção de dados no Brasil e os possíveis impactos. **Revista dos Tribunais**, v. 998, p. 225-239, dez. 2018. Disponível em: <https://revistadoatribunais.com.br/>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- SARLET, Ingo Wolfgang; *et al.* (Orgs.). **Direitos fundamentais: os desafios da igualdade e da tecnologia num mundo em transformação**. Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2020. Disponível em: <https://www.fundarfenix.com.br/direitos-fundamentais>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 10. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
- SZINVELSKI, Martín Marks; ARCENO, Taynara Silva; FRANCISCO, Lucas Baratieri. Perspectivas jurídicas da relação entre big data e proteção de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação** [online]. 2019, v. 24, n. 04, pp. 132-144. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/4188>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

SAÚDE MENTAL E POVOS INDÍGENAS: uma escolha metodológica

SALUD MENTAL Y PUEBLOS INDÍGENAS: una elección metodológica

Mariana Corrêa Soares Muni¹

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões sobre a escolha do método etnográfico por uma pesquisadora da área de Políticas Públicas que busca em sua pesquisa de mestrado compreender a relação entre Saúde Mental e Povos Indígenas, identificando como se dá o tratamento destes indígenas em um hospital psiquiátrico. Foca na transposição do seu olhar de “equipe dirigente” à construção do olhar de pesquisadora e a imanente necessidade de uma escolha metodológica coerente aos objetivos da pesquisa em questão.

Palavras-chave: Saúde mental. Povos indígenas. Etnografia.

RESUMEN: Este artículo presenta reflexiones sobre la elección del método etnográfico por parte de un investigador de Políticas Públicas que busca en la investigación de su maestría comprender la relación entre la Salud Mental y los Pueblos Indígenas, identificando cómo se trata a estos pueblos indígenas en un hospital psiquiátrico. Se centra en la transposición de su aspecto de "equipo dirigente" a la construcción del aspecto del investigador y la necesidad inminente de una elección metodológica coherente con los objetivos de la investigación en cuestión.

Palabras-clave: Salud mental. Pueblos indígenas. Etnografía.

1 INTRODUÇÃO

Fazer uma investigação acerca de saúde mental e povos indígenas – contextualizando esta relação em *instituições totais* - foi a minha proposta de pesquisa apresentada ao Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Esta escolha perpassou por motivações de ordem subjetiva e objetiva².

¹ Assistente Social. Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão

² De modo algum que os juízos de valor, por se basearem em última instância em determinados ideais e, portanto, terem origem “subjetiva”, estão excluídos da discussão científica. [...]. O tratamento científico dos juízos de valor não somente quer tornar compreensíveis e suscetíveis a percepção empática os fins buscados e os ideais subjacentes a eles como principalmente ensinar a avaliá-los criticamente. (WEBER, 2006, p. 15-17.)

As inquietações que surgiram no exercício de meu trabalho como assistente social em um grande hospital de psiquiatria da cidade de São Luís, Maranhão, compõe a dimensão subjetiva.

Em uma rotina diária que se dividia entre atendimentos individuais, preenchimento de prontuários e encaminhamentos, deparei-me com a notícia da chegada de um “índio”³ de sobrenome Guajajara⁴, advindo do município de Barra do Corda. Em sua ficha de anamnese – entrevista psiquiátrica cujo objetivo é esclarecer o diagnóstico (CORDIOLI, 2005) - havia a seguinte descrição:

Paciente apresentando sintomas de transtorno mental e comportamental devido ao uso excessivo de substância psicoativa (maconha). Ateou fogo em sua própria casa (sinais de psicose).” (Médico Plantonista).

Sendo eu a responsável pelo seu atendimento, dediquei-me durante 90 dias ao grupo de pacientes do qual ele fazia parte, preparando palestras e atividades dinâmicas que abordavam as consequências e perigos do abuso de álcool e outras drogas. O “índio” em raras vezes comparecia a estas atividades e parecia se esconder no hospital, isto quando não estava enclausurado, no que se chama de “ala azul”⁵, devido ao “mau comportamento”.

Dentro dos parâmetros avaliativos concebidos e reificados no campo hospitalar, ele era classificado como “pouco receptivo”, “hostil” e de “higiene precária”. Questionado durante atendimento individual sob minha supervisão acerca de sua não participação nas atividades desenvolvidas no hospital, ele respondeu apenas: “*Eu não entendo o que você fala. Você usa palavras que eu não entendo*”.

Eis o primeiro motivo de minha busca epistemológica, para além de questionar a mim e ao meu ofício, compreender a diversidade expressa naquela situação a qual Oliveira (1997) chamaria de *diálogo intolerante*. Este diálogo marca os sistemas interétnicos, pois são

³ “Genericamente, os povos indígenas que vivem não apenas em nosso país, mas em todo o continente americano, também são chamados de índios. Essa palavra é fruto do equívoco histórico dos primeiros colonizadores que, tendo chegado às Américas, julgaram estar na Índia. Apesar do erro, o uso continuado, até mesmo por parte dos próprios índios, faz da palavra, no Brasil de hoje, um sinônimo de indivíduo, pessoa indígena.” (ISA, 2018, p. 2). Nesta pesquisa optei por utilizar a denominação “indígena” e “povos indígenas”.

⁴ “Além de guajajara, este grupo tem uma outra autodenominação mais abrangente, Tenetehára, que inclui também os Tembé. Guajajara significa “donos do cocar” e Tenetehára, “somos os seres humanos verdadeiros”. Às vezes, os guajajara traduzem Tenetehára por “índio”, excluindo desta categoria os grupos Jê, como os Canela, que são chamados àwà (“selvagens, bravos”). Não se conhece com certeza a origem do nome guajajara, mas provavelmente foi dado aos Tenetehára pelos Tupinambá. Tanto entre os próprios índios quanto na literatura científica, atualmente a denominação guajajara é mais usada do que Tenetehára.” (ISA, 2018, p. 1).

⁵ A portaria nº 312/2002 estabelece a padronização e nomenclatura no âmbito hospitalar. (Ministério da Saúde, 2002. Todavia, meu intuito ao trazer a nomenclatura não é reificar a padronização hospitalar, possui um sentido mais simbólico. No hospital em questão, a “ala azul” é considerada a mais perigosa por abrigar pacientes recém-chegados ou agressivos

próprios desses sistemas as dificuldades de comunicação e aceitação do diferente. Segundo o autor, isso ocorre pela própria dinâmica das relações sociais, esta, embasada em representações preconceituosas sobre o outro e pelo quanto este se distancia dos valores e parâmetros culturais do grupo hegemônico.

O segundo motivo que me instigou está inter-relacionado ao primeiro. Diante de minha inquietação profissional, busquei identificar se haviam políticas públicas voltadas para a saúde indígena, mais especificamente a saúde mental, deparando-me com a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI/2002) e com a Portaria 2.758/2007.

A portaria estabelece diretrizes gerais para a Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas, sendo produto de deliberações constituídas a partir da IV Conferência Nacional de Saúde Indígena, II Fórum Amazônico de Saúde Mental, Carta de Saúde Mental Indígena na Amazônia Legal e Reunião sobre o Plano de Saúde Mental Indígena para os Distritos Sanitários Indígenas.

A portaria 2.759/2007, em seu artigo 1º, estabelece os seguintes direcionamentos gerais:

- I - apoiar e respeitar a capacidade das diversas etnias e das comunidades indígenas, com seus valores, economias, tecnologias, modos de organização, de expressão e de produção de conhecimento, para identificar problemas, mobilizar recursos e criar alternativas para a construção de soluções para os problemas da comunidade;
- VIII - garantir que o Programa de Formação Permanente de Recursos Humanos para a Reforma Psiquiátrica, já em andamento, absorva, especialmente em regiões com grande concentração de comunidades indígenas, a problemática da saúde mental indígena.

Apesar da existência de uma portaria ministerial que trate sobre o tema, minha própria experiência como executora de um serviço da política pública de saúde mental – a internação prolongada -, demonstra que este direito não está sendo implementado.

No hospital onde eu trabalhava, por exemplo, os recursos humanos não estavam preparados para atender aos pacientes indígenas, porém, ainda assim, este era admitido, sendo visto como paciente comum, tendo seus valores, economias, tecnologias e modos de expressão negados. Sua única distinção – relacionada a sua etnia – retirava deste o direito ao seu nome, pois ele era apenas “o índio”. Sua diferença mais dissuadia do que agregava direitos.

Ao debruçar-me sobre o tema, com o intuito de melhor conhecer os sujeitos sobre os quais direcionava minhas ações, notei que existem poucas e incipientes pesquisas relacionadas ao estudo “saúde mental e povos indígenas” e em sua maioria foram realizadas

por psicólogos que – no intuito de desmistificar conceitos e dar voz aos saberes tradicionais indígenas – partiam de uma compreensão metodológica descritiva e reflexiva.

As categorias que compunham o entendimento sobre o campo nestas pesquisas eram abstraídas da observação empírica e compunham a construção da análise sociológica dos fenômenos estudados. Isso colocou em xeque minhas interpretações acerca da construção do caráter científico de uma pesquisa.

O que descrevo neste artigo são minhas percepções ao fazer uma escolha metodológica muito distante do que a mim era comum e os caminhos que me fizeram refletir sobre o meu olhar, ora como pesquisadora, ora como assistente social, na construção do meu campo de estudo em análise.

2 ETNOGRAFIA: uma escolha metodológica

“A etnografia é uma descrição densa” (Geertz, 2015, p.7). Desde que comecei minha pesquisa sobre “Saúde mental e povos indígenas” venho refletindo sobre esta proposição. Em toda minha vida de pesquisadora⁶, nunca concebi a ideia do “descrever” como objetivo de minhas pesquisas, todavia, para entender o processo de internamento dos indígenas em hospitais psiquiátricos seria necessário conhecer profundamente as rotinas e relações que estão estabelecidas neste campo.

Minha escolha pela etnografia se inicia então na necessidade de retornar ao hospital para descrevê-lo, não com o olhar de profissional da saúde, mas em uma perspectiva analítica, objetiva e antropológica, na tentativa de realizar uma “atividade racional” e “por em causa os objetos pré-construídos” (Bourdieu, 1989, p. 21 e 22) anteriormente, questionando os conceitos como “saúde-doença”, “loucura”, “hospital”, “tratamento”, entre tantos outros.

Para tanto, é necessário distanciar-me do universo – que a mim era tão comum – e reconstruí-lo, como sugere FONSECA (1998) - em termos sociológicos e culturais, desamarrando-me das tradições disciplinares para interpretar as relações sistêmicas construídas no ambiente hospitalar.

Esta, contudo, não tem sido uma tarefa fácil. Segundo FONSECA (1998), etnografia é uma ciência do contato que se dá através da interação entre o pesquisador e seus objetos de estudo, “nativos de carne e osso”. (p. 58).

⁶ Entre os anos 2011 e 2016 fiz parte do Grupo de Estudos, Pesquisas e Debates em Serviço Social e Movimentos Sociais e atualmente sou integrante do Grupo de Estudos Estado Multicultural e Políticas Públicas.

O pesquisador – como agente – busca entender o que está sendo dito pelo seu interlocutor e utiliza a observação empírica, o registro de fatos, entrevistas e outras formas de coletar dados para sistematizar os símbolos e significados da *cultura* que se pretende estudar.

Segundo Geertz (2015), o conceito de “cultura” – marcante ao início dos estudos antropológicos – pode ser defendido a partir de várias acepções. Tomando por fonte os estudos de Clyde Kluckhohn, o autor situa:

[...] cultura como (1) “o modo de vida global de um povo”; (2) “o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo”; (3) “uma forma de pensar, sentir e acreditar”; (4) “uma abstração do comportamento”; (5) “uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente”; (6) um celeiro de aprendizagem em comum; (7) “um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes”; (8) “comportamento apreendido”; (9) “um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento”; (10) “um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens”; (11) “um precipitado da história” [...] (GEERTZ, 2015, p. 4).

O conceito de cultura defendido por Geertz é essencialmente semiótico, sendo a antropologia uma “ciência interpretativa” à procura do significado. Por “interpretativo”, o autor indica que - mesmo nos escritos etnográficos acabados, onde as técnicas e procedimentos adotados empreendem uma “descrição densa” – os dados obtidos configuram-se como uma construção do pesquisador feita a partir das construções de outras pessoas.

Resumidamente

[...] os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um nativo faz a interpretação em primeira mão: é sua cultura). Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são “algo construído”, “algo modelado” – o seu sentido original de fictio – não que sejam falsas, não fatuais ou apenas experimentos de pensamento. (GEERTZ, 2015, p. 11).

Percebo neste ponto que o olhar que produzo sobre o hospital é dualista: de um lado há uma iminente necessidade de afastamento do lócus pesquisado tendo em vista mergulhar no universo simbólico da clínica, espaço complexo, recheado de particularidades íntimas que – à luz do olhar científico – devem ser reconfiguradas em categorias de análise; do outro, um olhar “nativo” – e afetivo - de quem frequenta o campo desde a infância e possui aproximações pessoais e profissionais com o espaço e com os sujeitos em análise. Para que se compreenda este olhar dual, nos parágrafos seguintes, situo-me neste contexto.

Como já dito na primeira parte deste artigo, sou assistente social e durante os anos de 2014 e 2016 tive a minha primeira experiência de trabalho quando fui chamada a realizar um estágio profissional em uma das clínicas de neuropsiquiatria mais conhecidas da cidade de São Luís – MA.

Em São Luís existem três hospitais psiquiátricos, um de urgência e emergência – a “Colônia” - e dois de internação prolongada. O hospital eu que estagiei é o maior e o segundo mais antigo da cidade, sendo fundado pelos primeiros médicos maranhenses que concluíram a residência em psiquiatria no Rio de Janeiro: Dr. José Carlos Rodrigues e Dr. Heraldo Maciel.

A “clínica” – como é de forma mais comum chamada – não representava para mim apenas uma experiência de trabalho, pois sou neta da primeira auxiliar de enfermagem que integrou a equipe deste hospital, meu pai minha e mãe trabalharam lá – ele como atendente de enfermagem, ela como auxiliar de farmácia. Todos os meus tios maternos trabalharam e ainda trabalham lá – também na função de atendente – e mais recentemente três parentes próximos foram internos desta mesma clínica para tratar “males causados pelos vícios”, um tio, um primo e meu irmão mais velho.

Minha primeira memória do hospital, data do ano de 1998, eu estou sendo levada pela minha mãe para conhecer o prédio da administração e para isso tínhamos que atravessar uma pequena parte do pátio, passando então pelos doentes. Um deles tocou minha mão e aquilo me provocou profunda repulsa, eu imediatamente comecei a coçar. Minha mãe passou álcool e disse que aquela coceira era psicológica. Segundo ela, “ser doido não pegava”.

E de fato eu sentia um profundo medo de ser contagiada por aquela “loucura”. Porém, era necessário ter coragem e enfrentar os pavores da clínica. Mesmo criança eu sabia que um dia trabalharia ali, era o destino de todos da minha família.

Durante toda a infância e adolescência passear na clínica era algo normal, caminhava livremente pelo pátio, sempre acompanhada do meu tio ou da minha mãe, isso quando não estava na farmácia ajudando-a a montar potinhos de medicações para os “pacientes”. Outras vezes, minha ida ao hospital era para visitar algum parente, principalmente o meu irmão que entre os anos de 2006 e 2017 passou por 4 (quatro) internações motivadas pelo uso abusivo de crack.

É a partir dessa experiência que opto pelo curso de Serviço Social em 2010, tendo em vista ajudar minha família na lida com o meu irmão e outras famílias que passavam pelo mesmo problema. Ser assistente social sempre significou “abrir portas” para minha família.

Como profissional do serviço social eu teria facilidade para conseguir internações, transferências rápidas da “colônia” para a clínica, poderia autorizar a entrada de alimentos e materiais de higiene e garantir um melhor tratamento para ele. Em suma, eu teria acesso a todo um *sistema de privilégios* (Goffman, 1974).

Em 2016, após um ano de estágio, eu assumo o setor de serviço social da clínica. A par de todas as rotinas e burocracias – oficiais e não oficiais - eu conhecia cada ala,

funcionário e paciente, sendo responsável por todo o setor masculino, que tinha em média 300 pacientes, sendo metade destes internados por uso abusivo de álcool e outras drogas.

Minha função era, principalmente, intermediar o contato entre família e paciente internado, cuidando para que nas visitas os pacientes estivessem “apresentáveis” para receber seus parentes; ligar para as famílias solicitando roupas e material de higiene e avisando-os – quando fosse o caso – que o paciente já se encontrava de alta hospitalar.

Em poucos meses, minha “eficiência” espalhou-se no hospital. As famílias estavam satisfeitas com o meu atendimento e o enfermeiro-chefe – que também era o diretor administrativo – me promoveu a coordenadora da Comissão de Cuidados aos Pacientes. Eu era então responsável por cada arranhão que aparecesse nos internos.

O trabalho era feito de forma multidisciplinar, a equipe de atendimento ao paciente era formada por um médico psiquiatra, um (a) enfermeiro(a), um (a) psicólogo (a), um (a) terapeuta ocupacional e um (a) assistente social.

Por ser a mais nova, todos sempre se espantavam com os meus vastos conhecimentos acerca do hospital e dos tratamentos, eu conhecia os diagnósticos, as terapêuticas, sabia classificar os sintomas e – a minha experiência com a minha mãe fez com que eu conhecesse cada medicação e sua serventia. O espanto cessava quando descobriam minhas relações de parentesco com funcionários que eram mencionados como “antigos”. Eu me sentia parte do hospital.

É evidente que o meu olhar da infância e o meu olhar como assistente social eram diferentes. Durante toda a graduação eu estive envolvida com atividades de pesquisa e o campo empírico onde eu estava inserida sempre sugeriu a mim problemáticas, que, em uma perspectiva dialética, levavam-me a buscar compreender os fenômenos observados tendo em vista a totalidade estrutural e econômica o qual estavam imersos.

Atentava-me principalmente às condições precárias sob as quais viviam pacientes e famílias, às negligências do Estado em relação a efetivação da Política Nacional de Saúde, sempre fazendo o exercício de “encaixar” as particularidades vividas no hospital – como a falta de leitos (à exemplo) – ao contexto de desigualdades proporcionados pelo sistema capitalista vigente e seus ordenamentos de minimização dos recursos estatais no que tangencia o implemento de políticas públicas e sociais.

Todavia, havia singularidades as quais os meus procedimentos metodológicos se tornavam um entrave. Apesar dos poucos recursos investidos na clínica, de sua aparente desorganização e suas condições precárias para a manutenção e reprodução das condições de

vida dos sujeitos internos (à exemplo da falta de leitos), o internamento de um paciente era considerado um “alívio” para a família acompanhante.

Diferente dos outros hospitais, onde os familiares buscam uma solução rápida para o problema de saúde do enfermo e onde a internação por numerosos dias torna o processo de adoecimento mais angustiante, na clínica, as famílias solicitavam – e por vezes até imploravam – para que os pacientes passassem a maior quantidade de dias em reclusão.

Era evidente que para pensar o hospital como lugar de pesquisa seria necessário compreendê-lo para além de categorias prontas como a de “bem-estar”, “direitos sociais”, “saúde-doença”. Pensar a dinâmica da clínica exigia compreender as categorias concebidas a partir dos agentes que nela estavam inseridos, do seu sistema de símbolos e significados, porém, o meu olhar de assistente social sempre me fez naturalizar esse sistema. Isso só muda com “a chegada do índio”.

Quando – ao realizar o atendimento ao indígena – ele responde que não entende o que eu falo, entendo que todo esse sistema, por mim naturalizado e reificado – representa apenas uma dimensão da realidade, uma interpretação engendrada a partir do meu “olhar nativo” e subjetivo.

Essa situação clara de intolerância – e porque não dizer, de “violência simbólica” (Bourdieu, 1989) onde eu sou o sujeito que à pratica - alenta em mim a necessidade de pensar o hospital como um lócus de pesquisa, distanciando-me deste ponto de vista “nativo” o qual produzo a partir do meu lugar de “equipe dirigente”.

Fonseca (1998) ao descrever o “passo-a-passo” da pesquisa etnográfica – voltando-se principalmente aos pesquisadores, não antropólogos, que pretendem utilizar a etnografia em suas pesquisas – argumenta que

Para viabilizar essa passagem entre a experiência de campo e as interpretações analíticas, isto é, para dar corpo a este elo perdido, desdobramos o “método etnográfico” em cinco etapas: 1. Estranhamento (de algum acontecimento no campo); 2. Esquematização (dos dados empíricos); 3. Desconstrução (dos estereótipos preconcebidos); 4. Comparação com exemplos análogos tirados da literatura antropológica) e 5. sistematização do material em modelos alternativos. (FONSECA, 1998, p. 66).

A chegada do índio me conduz a pensar o campo a partir de um olhar de estranhamento, pois é a partir desse acontecimento que passo a pôr em xeque o meu cotidiano no hospital, tirando-me parcialmente da condição de assistente social e colocando-me na perspectiva de observadora que enxerga esse “cotidiano” como uma “relação sistêmica”.

Essa nova condição exige de mim um esforço de distanciamento, essencial para que eu possa “construir a tessitura da vida social” (Fonseca, 1998, p. 63) do hospital, em uma tentativa de compreender o “pensar, agir e sentir” do indígena na clínica.

O indígena deixa de ser “paciente” e passa a ser sujeito pesquisado, as categorias produzidas no hospital, tais como “loucura”, “doença mental”, “sintomatologia”, “diagnóstico”, o próprio “hospital”, são desconstruídas e pensadas sob um novo prisma epistemológico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo tive a intenção de descrever brevemente como escolhi a etnografia como proposta metodológica para o desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado.

Construir um estudo sobre a relação Saúde Mental e Povos Indígenas, a partir da análise do meu atendimento enquanto parte de uma equipe multiprofissional, requer a construção de um referencial teórico e a construção de uma referência empírica, esta última que só pode ser produzida através do olhar etnográfico.

Ressalto que a pesquisa etnográfica compreende não somente a observação direta dos sujeitos e suas interações, a composição do campo também requer a análise profunda do que é escrito e documentado, posto isso, decretos, leis, portarias, relatórios governamentais, são essenciais para compreender os aspectos jurídico-formais lançados sobre o tratamento em saúde mental para indígenas.

Identificar estes documentos e as terapêuticas indicadas para as equipes de saúde e como estas devem ser executadas devem ser levadas em consideração.

Neste ponto, para mim, têm sido um grande desafio: desnaturalizar o campo e substituir a impressão de *autoevidência* pela compreensão de que a realidade é um campo de disputa onde diferentes sujeitos estão em busca da efetivação e ampliação de suas ‘verdades’. (BOURDIEU, 2010).

Todavia, para alcançar os objetivos propostos em minha pesquisa, é necessário ultrapassar a leitura simplista e romper com a ideia de que os saberes médicos são absolutos.

Neste sentido, a etnografia é essencial na compreensão de quais lugares e a partir de quais perspectivas as histórias contadas no campo são produzidas, ousar dizer que somente através desta perspectiva é possível construir uma leitura interpretativa das experiências cotidianas vivenciadas pelos indígenas no hospital psiquiátrico.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, L.; PORTILLO, J. A. C; NASCIMENTO, W. F. A atenção a saúde dos povos indígenas do Brasil: das missões ao subsistema. **Tempus, actas de saúde colet**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 29-39, mar, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18569/tempus.v8i1.1450>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020
- BOURDIEU, Pierre. O PODER SIMBÓLICO. Tradução: Fernando Tomaz (português de Portugal). 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.759, de 25 de outubro de 2007. Estabelece diretrizes gerais para a Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas e cria o Comitê Gestor. **Diário Oficial da União**, 02 fev. 2022. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt2759_25_10_2007.html. Acesso em: 21 de março de 2020
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002. Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, cuja íntegra consta do anexo desta Portaria e dela é parte integrante. **Diário Oficial da União**, 02 fev. 2022. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=1-92-29-2002-01-31-254>. Acesso em: 12 de maio de 2020
- FONCECA, Cláudia. **Quando cada caso não é um caso**: pesquisa etnográfica e educação. 1998. Trabalho apresentado à 21ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1998. Disponível em: https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. Acesso em: 27 de maio de 2020
- FOULCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- GERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

QUESTÃO AGRÁRIA E LUTAS SOCIAIS: formas de organização e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na luta pela terra

AGRICULTURAL ISSUE AND SOCIAL STRUGGLES: Forms of organization and resistance of the Landless Rural Workers Movement – MST in the struggle for land

Aylana Cristina Rabelo Silva¹

RESUMO: Este trabalho expõe resultados da análise da relação entre a questão agrária e as lutas sociais pela terra e possui como referência empírica o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Essa discussão explicita que embora se diversifique as investidas do capital e o acirramento das expressões da questão agrária, os trabalhadores rurais têm engendrado estratégias de organização e resistência, na construção e reconstrução de uma luta que almeja para além do acesso a terra, a efetivação de políticas públicas e direitos fundamentais historicamente conquistados, que lhes assegurem a produção da existência material. Considerando que suas demandas sinalizam para a superação de contradições estruturais do modo de produção hegemônico, a luta do Movimento em tela materializa esforços e estratégias delineando um percurso de protestos e lutas por outra sociabilidade.

Palavras-chave: Questão agrária. Organização política e resistência.

ABSTRACT: This work exposes results of the analysis of the relationship between the agrarian question and the social struggles for land and has as empirical reference the Movement of Landless Rural Workers - MST. This discussion makes it clear that although the capital attacks and the intensification of the expressions of the agrarian question are diversified, rural workers have engendered strategies of organization and resistance, in the construction and reconstruction of a struggle that aims beyond the access to land, the realization of public policies and fundamental rights historically conquered, which ensure the production of material existence. Considering that their demands signal the overcoming of structural contradictions in the hegemonic mode of production, the struggle of the Movement on screen materializes efforts and strategies outlining a path of protests and struggles for another sociability.

Keywords: Agrarian issue. Political organization and resistance.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma análise acerca das formas de resistência e organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no âmbito do estado do Maranhão, sob a égide da ideologia neoliberal, momento em que há um acirramento das expressões da questão agrária, conferido ao campo a partir da expansão e solidificação do agronegócio.

Com frequência, o Maranhão encabeça a lista dos estados com os piores indicadores sociais do país. No campo, a histórica concentração de capital em poucas mãos deixou como herança um acentuado quadro de desigualdades. Dos ciclos econômicos que legaram períodos de riqueza ao estado, ao agronegócio – a faceta mais moderna de acumulação de capital no campo – observamos o avanço de um tipo de desenvolvimento que não favorece as classes mais pobres, mas que a ameaça, expropria e mata. Constantemente, ocorre o aumento e a concentração de conflitos, violências e novas territorialidades (SODRÉ, 2015).

Concebemos a questão agrária sob o prisma de sua configuração histórica e a partir de um conjunto que engloba as desigualdades entre as classes sociais. Enfatizamos o movimento de inserção e consolidação da ideologia neoliberal no campo, que acarreta no aumento e diversificação dos modos de subordinação e precarização dos trabalhadores rurais, bem como expropriação e expulsão destes de suas terras e ainda a produção não de alimentos, mas a transformação da produção agrícola em produção de mercadorias.

Nesse contexto, as formas de resistências deverão transcender uma simples somatória de atos, buscando abranger uma quantidade cada vez maior de sujeitos para a construção de um projeto orgânico e assim, somarem com uma maior intensidade na dinâmica de correlações de forças no modo de produção hegemônico. Tal movimento só é viável se houver um processo de amadurecimento na construção da organização, a partir da consciência de classe, ou seja, percurso fundamental para superar uma resistência composta por ações imediatas e fragmentada.

Dentre as diversas formas de organização, estão os movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Esse Movimento se formou no Maranhão no contexto em que se agravou a entrada do capital estrangeiro e os grandes projetos no âmbito rural. Momento em que o neoliberalismo no Brasil ganha vigor com o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Assim, as consequências do avanço do capital estrangeiro nas relações sociais no campo foi uma de suas preocupações, tornando-se

um movimento cuja composição se dá pela necessidade de uma instância que possa discutir e organizar as mobilizações em prol da garantia do direito a terra, além disso, em busca por uma sociedade em que além do acesso, também assegure às condições necessárias de sobrevivência por meio da produção e reprodução na terra.

Ressaltamos que esta elaboração pertence a uma pesquisa mais ampla, que se encontra em andamento, no formato de dissertação no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e regional, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

2 A LUTA PELA TERRA: gênese do MST no Brasil e suas particularidades no estado do Maranhão

Na realidade brasileira, no ínterim de 1967 a 1969, o governo do general Costa e Silva, o movimento estudantil e as greves operárias despontaram com todo entusiasmo no país, enquanto no campo, a expansão do capitalismo fez dilatar a miséria, a acumulação e a aglutinação de riqueza. Esse processo modificou o meio rural com a mecanização e a industrialização, concomitantemente a modernização tecnológica de algumas esferas da agricultura. Também desapropriou e repeliu da terra os trabalhadores rurais, culminando no crescimento do trabalho assalariado (FERNANDES, 2000).

Ainda nessa época, iniciou-se uma política de colonização da região Amazônica, pois o discurso oficial era que havia terras em abundância no aguardo de colonizadores. Assim, “os governos militares prepararam inúmeros planos para a “ocupação” da região, com isso matava dois coelhos: ocupava espaços vazios e ‘resolvia’ os conflitos” (MORISSAWA, 2001, p. 100). A política de colonização foi motivada, ainda pela preocupação do governo com a guerrilha do 97 Araguaia.

Contudo, a região já se encontrava sob o domínio de grupos empresariais estrangeiros que realizavam largas aplicações. E a política de “ocupação” ainda desconsiderava as populações que ali habitavam, como os indígenas e os caboclos. Além dos grandiosos projetos governamentais como usinas hidrelétricas, utilização de minérios e construção de rodovias que envolviam uma articulação com empresas privadas, engendrava um exorbitante processo de expropriação de terras.

Esses grandes projetos agropecuários na Amazônia equivaleram a grande devastação do meio ambiente. Foram violentos e frenéticos desmatamentos. Diversos segmentos saíram lesados desse processo, como: os pequenos proprietários, os posseiros, os castanheiros, garimpeiros e seringueiros, além dos indígenas, que perderam uma significativa quantidade de suas terras. Tribos foram deslocadas, ou até mesmo expostas a doenças

infectocontagiosas levadas pelos novos habitantes, alguns até convertidos em mão de obra banais pelos latifundiários, outros até mesmo tendo sido executados.

Entretanto, mesmo perante excessiva coibição das organizações políticas camponesas, a luta pela terra permaneceu em todo o território brasileiro. E, foram essas lutas, em diferentes regiões que colaboraram e culminaram na formação do MST, sendo assim a gênese desse movimento: “É fruto do processo histórico da resistência do campesinato brasileiro. É, portanto, parte e continuação da história da luta pela terra [...]” (FERNANDES, 2000, p. 46). Uma das referências históricas dessa luta aconteceu em maio de 1978, quando índios Kaingang da Reserva indígena de Nonoai, que vinham resistindo desde 1972 com o apoio do Conselho Indigenista Missionário – CIMI deram início ao processo de retomada do seu território, e para isso “[...] resolveram expulsar as 1.800 famílias de colonos-rendeiros que viviam naquelas terras.” (FERNANDES, 2000, p. 51).

A referida reserva, com aproximadamente 15 mil hectares, foi reconhecida pelo governo federal desde 1847. Na década de 1960, contava com aproximadamente 400 famílias de arrendatários, sendo que esse quantitativo aumentou em torno de 1200 famílias, na década de 1970. Algumas dessas famílias foram para as glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, terras estas pertencentes à fazenda Sarandi. As ocupações iniciaram de forma modesta, contando com em torno de 30 famílias. Logo após, chegando próximo de 300. No entanto, “[...] frente ao fato o Governo enviou o Secretário de agricultura para cadastrar estas famílias, prometendo assentá-las [...]” (FERNANDES, 2000, p. 51). A outra parcela das famílias foi deslocada para o Parque de Exposição de Esteio, adjacente a Porto Alegre.

Os trabalhadores conseguiram uma audiência com o governador, em agosto de 1979. E, diante às suas solicitações, o governo pleiteou um prazo de 30 dias para responder às questões postas. Conquanto, não houve intervenção alguma, restando aos sem terra a ocupação. A partir daí iniciaram o processo de mobilização dos acampamentos e discussões sobre os pormenores da ocupação. Assim:

Entre as decisões tomadas, estavam a formação de comissões de base e de representantes e um abaixo-assinado ao governador reivindicando o assentamento no estado, nas glebas Macali e Brilhante, que pertenciam à antiga fazenda Sarandi e haviam sido griladas. Caso não fossem atendidos, os sem – terra fariam a ocupação (MORISSAWA, 2001, p. 124).

Ao dia 31, final do mês de agosto, após interventores saírem do local, e, ainda que tenham assolado parte do acampamento, foram vencidos pela luta e resistência dessas famílias, evidenciando uma “[...] prova concreta de que a resistência e a persistência eram as armas que o modelo econômico e a política dos militares não puderam vencer” (FERNANDES, 2000, p. 59). Em fevereiro de 1982, a CPT realizou sua V Romaria da Terra, os acampados sugeriram à CNBB a compra de uma área em Ronda Alta. Após tanta resistência, o governo desapropriou inúmeras áreas

para assentar as famílias. E, uma parca quantidade ficou assentada na área adquirida pela Igreja, que ficou sendo chamada de Nova Ronda Alta.

Logo, o MST surge no Sul do Brasil, por encontrar um local propício ao seu desenvolvimento, visto que nessa região do país se encontrava a maior concentração de trabalhadores rurais e estava sobre a influência da modernização agrícola por conter várias extensões territoriais e latifúndios. Sendo assim:

[...] os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive (STÉDILE, 2000, p. 17).

Mesmo que o embrião do MST tenha sido no Sul do país, o Movimento não ficou restrito a essa região específica. Os processos organizativos se expandiram para estados como o Maranhão. Pertinente à gênese do MST no Maranhão, Delgado (2010, p. 22) destaca que:

O MST se constituiu a partir da Amazônia Legal maranhense em meados de 1980 no âmbito do processo de organização do MST em todo país. Constitui-se no enfrentamento à expansão do latifúndio e expropriação dos trabalhadores camponeses no estado. Desde então, este movimento se consolidou no estado e tem lutado pela construção de novas relações sociais no campo, tendo como perspectiva a transformação social.

Iniciou-se na década de 1980 a constituição do MST nesse estado, sob a influência de lideranças que estavam presentes no primeiro congresso do MST, sendo alguns desses: Manuel da Conceição, Vila Nova, Denise Leal e Mara Góes, bem como lideranças nacionais, com objetivo de contribuir na construção do movimento, vieram para o Maranhão, tais como: Ademar Bogo, João Pedro Stédile (MIRANDA, 2003).

O surgimento do MST no Maranhão não foi um evento inesperado e aleatório, mas um processo gradativo, que em meio a um contexto de lutas do movimento sindical e demais movimentos sociais, transformou-se num processo coletivo, demandando por contradições estruturais e pelos fatores objetivos e subjetivos vivenciados pela classe trabalhadora naquele período.

Dentre as motivações dos trabalhadores rurais para a retomada da luta e organização política, estavam as apropriações de significativas frações de terra situadas na região da Amazônia Legal maranhense por grupos empresariais, tais como: VARIG, MESBLA, SHARP, SANBRA, Pão de Açúcar e Cacique, entre outras; financiamentos da SUDAM para inserção de projetos na região de Buriticupu, que contribuiu para a expulsão de famílias de suas terras; a organização dos latifundiários na União Democrática Ruralista (UDR) que na região Sul do Estado, se utilizava de meios para impedir as ocupações de terra.

Segundo Miranda (2003), o grupo SHARP, possuía uma propriedade de 5.000 ha, nominada de Fazenda Itacira, reputada popularmente como “fazenda criminosa”, devido aos inúmeros assassinatos de posseiros que resistiam aos despejos. A violência, também era estratégia na região de Buriticupu, onde na propriedade denominada Fazenda Terra Bela, com 9.734 ha, os trabalhadores além de expropriados, foram presos e torturados. Assim, as ocupações enquanto expressões de resistência se expandiram para o Sul do Estado.

Dessa forma, o referido movimento se apresenta como fruto do processo de modernização e industrialização que assolou o país na era desenvolvimentista e contribuiu de maneira significativa para o crescimento dos grandes latifúndios resultando em consequências nefastas para o campesinato. Sendo assim, entre as grandes reivindicações do Movimento estão: a consolidação da política de Reforma Agrária Popular e a constituição de um novo tipo de sociedade, onde a justiça social, a liberdade e emancipação humana sejam os pilares.

Essa forte influência faz com que o MST não se restrinja ao sul do país, onde surgiu, mas se difunda por todo o território, por entender que a reforma agrária era e é necessária em toda a República Federativa do Brasil. É no prisma de um projeto societário que contemple os referidos princípios e objetivos que o movimento em questão desenvolve processos de luta e no enfrentamento ao sistema hegemônico, que na contemporaneidade, se expressa sob a égide do neoliberalismo² imprime desafios e tendências às lutas sociais.

3 O MST ENQUANTO ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se materializa enquanto organização da classe trabalhadora, assim conceitua-se como herdeiro das lutas populares, resgatando referências significativas de marcos como: Canudos, Contestado e Ligas Camponesas, porém também se articula com as organizações camponesas e urbanas que referenciam as lutas atuais. Internacionalmente, compõe espaços e esferas políticas importantes na América Latina e nos outros continentes, com atribuições relevantes na Via Campesina, que busca agregar as lutas camponesas no mundo (AZAR, 2018).

² Tomamos como referência o pensamento de Perry Anderson (1995) como basilar, que concebe o neoliberalismo como uma reação teórica e política ao Keynesianismo e ao Welfare State, promovida pelos liberais no final dos anos 1970 e 1980, expandindo-se na década de 1990 por todo o mundo.

Para além do âmbito nacional o Movimento se articula em nível internacional com a Via Campesina, elemento que expressa um comprometimento de classe, defendendo os interesses de classe, passando a conceber que a luta dos trabalhadores vai para além do campo e da cidade do próprio país. Portanto, podemos observar que como uma construção imersa na história e no movimento da realidade, o MST foi ao longo do tempo apreendendo a abrangência e a heterogeneidade da luta pela terra, buscando perceber os trabalhadores a partir do prisma da totalidade. O trabalhador rural não é uma figura passiva, mas um sujeito crítico, reflexivo e político, que ainda que limitado pelas condições objetivas e materiais de suas condições de vida, estampa novas formas de perceber e questionar a sociedade capitalista, assim como pressionar as devidas instituições.

No que se refere aos objetivos do Movimento em questão, podemos destacar o programa de Reforma Agrária Popular, que considera que:

Na atualidade, a luta pela terra e pela Reforma Agrária mudou de natureza, frente ao modelo de desenvolvimento econômico vigente no país. Não há mais espaço para uma reforma agrária clássica burguesa, apoiada pela burguesia industrial ou por forças nacionalistas. Mas do ponto de vista dos camponeses e de um projeto popular de desenvolvimento do país, a Reforma Agrária é cada vez mais urgente e necessária. Agora, luta pela Reforma Agrária se transformou numa luta de classes, contra o modelo do capital para a agricultura brasileira. Isso significa que a luta dos camponeses pelas terras agrícolas e por um novo modelo de agricultura, irá enfrentar uma outra correlação de forças – com poderes de coerção e de consenso mais fortes do que os dos latifundiários tradicionais – e com novos atores em cena: os grandes proprietários rurais, o capital financeiro e as empresas transnacionais (MST, 2013, p. 31).

Percebemos que se trata de um programa que questiona problemáticas centrais e estruturais do sistema hegemônico e suas expressões na sociedade brasileira, incluindo diversas bandeiras de luta, considerando ainda, os direitos humanos em sua complexidade, e como garantias essenciais para a reprodução da vida material dos sujeitos que vivem e trabalham no campo. Dessa forma, o MST tem buscado:

[...] diálogo com o debate, as formulações e as práticas de diferentes organizações camponesas, e também indígenas, do Brasil e do mundo, em curso já há alguns anos, apreender as tendências do movimento desse confronto e que exigências formativas se colocam aos trabalhadores para que protagonizem a superação dessas contradições de modelos de agricultura desde o polo do trabalho. Análise e síntese propositiva é que passam então a compor nosso programa de Reforma Agrária Popular (CALDART, 2003, p. 3).

Compreendemos que os princípios e objetivos do Movimento exigem uma determinada forma de organização, logo seria demasiado contraditório haver uma organicidade que materialize fragmentação ou hierarquia, quando estes são cotidianamente questionados. Compreendendo, ainda, que no âmbito do movimento a organicidade é necessária para a intervenção concreta na realidade, bem como ações que resultarão em êxitos e fracassos, na dinâmica da luta de classes.

À vista disso, concebemos que a forma de pensar e de se organizar na dimensão política prevê um trabalho minucioso e de caráter político e educativo que fomenta a

consciência da posição de subalternidade em que se encontra, para assim aspirar sua suplantação. Logo, as formas de organização são materializadas a partir desse processo de tomada de consciência da posição em que ocupam na correlação de forças na dinâmica social. Nesses termos, Cardoso e Lopes (2009, p. 147):

No pensamento gramsciano, a questão da hegemonia é central em relação às possibilidades de as classes subalternas tornarem-se protagonistas históricas, dotadas de vontade coletiva própria, e a constituição da ideologia das classes subalternas é uma condição essencial, porém não suficiente, para a conquista da hegemonia dessa classe na medida em que conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias [...] A organização e a consciência de classe são condições indispensáveis para essa conquista política pelas classes subalternas.

O pensamento gramsciano evidencia a importância da organização e tomada de consciência, enquanto elementos indispensáveis para os processos de materialização da luta, que são essenciais na busca pela metamorfose social. O percurso para a conquista política, ou seja, a possibilidade da emancipação humana, pelas classes subalternas. Assim, o MST se constitui como uma forma de organização política, que se insere na dinâmica de correlações de forças, com o posicionamento de questionar e reivindicar as relações estabelecidas no modo de produção vigente.

Os mecanismos estratégicos de luta, tais como as manifestações, as marchas, os mais variados espaços de debates e reflexões, possibilitam a formação política. No entanto, ao passo que os trabalhadores rurais, na sua maioria, não tiveram acesso à educação crítica, tornou-se essencial criar mecanismos que possibilitassem a análise crítica da sociedade capitalista, considerando a relação da questão agrária com os elementos inerentes aos sistemas políticos e econômicos.

A formação política torna-se um dos elementos fundamentais para o processo que é denominado por Gramsci (1978, p. 53) de catarse:

Pode-se empregar a expressão catarse para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade.

Para tanto, ressaltamos a importância da formação política, enquanto partícipe dos espaços que concretizam a dimensão educativo-organizativa, essencial para que os sujeitos ultrapassem a concepção corporativa e caminhem para a construção de um ideário mais amplo, como um projeto societário, que está para além de interesses individuais ou demandas imediatistas e focalizadas e comporta uma dimensão ética, moral e de princípios. A Educação do Campo emerge no MST como mecanismo de interpelar o modelo educacional

vigente no Brasil e mais especialmente, imposto ao campo. Nesse entendimento de Educação, há uma necessidade de reflexão da totalidade, visto que se refere ao contexto do trabalhador rural e em consequência, à demanda de uma pedagogia que caminhe para a transformação. Paulo Freire analisou que:

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito. Todo o empenho do Autor se fixou na busca desse homem-sujeito que, necessariamente, implicaria em uma sociedade também sujeito. Sempre lhe pareceu, dentro das condições históricas de sua sociedade, inadiável e indispensável uma ampla conscientização das massas brasileiras, através de uma educação que as colocasse numa postura de auto-reflexão e de reflexão sobre seu tempo e seu espaço. (FREIRE, 1967, p. 36).

Na compreensão de Gramsci (1982), a educação se inclui como uma acepção geral de vida, nas dimensões éticas, políticas e práticas, que deve proporcionar uma dignidade aos sujeitos sociais que lhes possibilitem serem dirigentes, ao passo que se impugnem as ideologias autoritárias e conservadoras, sendo necessária como princípio político e pedagógico na construção da luta, em interesse da construção de outra sociedade. Para tanto, a educação se materializa enquanto uma estratégia de organização, considerando que é por meio desses processos que os sujeitos passam a ter elementos para refletir de forma crítica a realidade, bem como construir estratégias para transformações na sociedade e em si mesmos.

Além da educação e da formação política, mas sempre articuladas a elas, estão outras formas de resistência e construção da luta do MST, o referido Movimento diante do desafio de determinar novas relações de produção iniciou os debates para o desenvolvimento da cooperação agrícola, como forma, inclusive, de resistência. Assim:

De acordo com o MST, os principais objetivos do Sistema Cooperativista dos Assentados giram em torno do econômico, do social e do orgânico. Por isso, com o intuito de expor de forma mais abrangente as metas que permeiam tais objetivos: Econômicos: a) Ajudar a resolver os problemas de todas as famílias assentadas; b) Desenvolver a Cooperação Agrícola como uma empresa econômica que produza sobras; c) Garantir: aumento da produtividade do trabalho, acumulação de capital, diminuição da exploração dos trabalhadores; d) Modernizar a produção no campo; e) Desenvolver a agroindústria. Sociais: a) Propor um tipo de organização da produção agropecuária que sirva de alternativa para o conjunto dos trabalhadores do campo; b) Desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade dos Assentamentos; c) Provar que a Reforma Agrária é viável, tanto do ponto de vista da justiça social quanto do econômico; d) Aumentar o poder de barganha e pressão dos assentados diante do governo; e) Formar e capacitar quadros para o conjunto da luta dos trabalhadores; f) Contribuir para a construção de cidadãos responsáveis, culturalmente desenvolvidos, solidários e fraternos uns com os outros; g) Transformar a luta econômica em luta política e ideológica. Orgânicos: a) Consolidar a organização de base do MST; b) Conseguir liberar as pessoas para participar dos Movimentos e Organizações Populares; c) Servir de retaguarda econômica do MST; d) Desenvolver a consciência social, com uma nova visão de sociedade; e) Transformar a ideologia do camponês: substituir o “meu” pelo “nosso” e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo; f) Acumular forças para a transformação da sociedade (MST, 1993, pp. 41-42).

Podemos ponderar que esse posicionamento define a relação com a posição de classe e a luta de classes, ao se dispor em contraposição ao capitalismo, manifestado pelo agronegócio. Com consciência política desse confronto, a articulação de diversos sujeitos coletivos se dispõe a desenvolver a agroecologia para a reestruturação da agricultura como uma das frentes de luta contra o capital, objetivando transformações societárias, uma vez que se trata de projetos em disputa.

O Movimento vem, ainda, propondo ações que incentivem a produção de sementes crioulas, evidenciando a importância de o campesinato controlar as sementes, e, portanto, o sistema alimentar. Logo, o MST tem sido um dos grandes protagonistas na agroecologia, explicitando a importância de uma produção que se preocupa tanto com as implicações ao meio ambiente, como com a saúde humana, levantando bandeiras importantes que negam a utilização de agrotóxicos e transgênicos, indo na contramão da hegemonia do agronegócio e da lucratividade desmedida almejada pelo capital.

Em conjunto com a necessidade de produção, podemos elencar outra forma de resistência, esta é uma forma de luta de imenso significado, uma vez que é a partir dela que as outras formas de luta são utilizadas, ou seja, primeiro movimento para a obtenção da terra, portanto: “Esse espaço construído pelos trabalhadores é o lugar da experiência e da formação do movimento. [...] A ocupação é a condição da territorialização. É o processo de conquista da terra” (FERNANDES, 1998, p.25,33).

A ocupação é elemento central no processo de resistência do Movimento em tela, uma vez que se trata do processo de ocupar o espaço e ali resistir, sendo desde os primórdios da história dessa organização uma dinâmica basilar para acesso a terra. O Movimento sempre contou com a ocupação como uma das principais estratégias de luta, como destaca o referido posicionamento, no entanto pensar de forma crítica as estratégias é necessário para a própria reprodução do Movimento. Ao ponderarmos que os diversos governos e o sistema vigente conferem dinâmicas diferenciadas em conjunturas específicas, torna-se essencial pensar a luta de forma dialética, explicitando os limites e as possibilidades das estratégias na totalidade social.

Logo, estas e outras diversas formas de luta demonstram a necessidade do diálogo, do debate, da formação política, como elementos imprescindíveis para a organização do Movimento da classe trabalhadora. Portanto, analisar as formas de lutas e expressões de resistência da classe trabalhadora, é considerar a dinâmica da realidade, a relação com as esferas econômicas, políticas e sociais e a interconexão desses elementos.

4 CONCLUSÃO

O MST possui um perfil de uma entidade composta pela classe trabalhadora que busca articular os interesses e demandas da classe, com um diferencial significativo, que é uma luta ampla, indo da pauta do acesso à terra, até o questionamento das formas de dominação e exploração do capital, considerando a questão agrária enquanto resultante das contradições do sistema capitalista. Logo, o MST levanta a bandeira do acesso à terra, bem como das políticas públicas que efetivem os direitos fundamentais, mas também a construção dos caminhos para uma sociabilidade para além do capital.

A formação desse Movimento, na particularidade do Maranhão, significou uma nova possibilidade de resistência e organização dos trabalhadores rurais, considerando que até então as expressões dessa organização estavam nos sindicatos e associações existentes nos interiores da referida unidade federativa.

A ocupação desde os primórdios do movimento se tornou uma das principais expressões de luta, ponderando que é nela e por meio dela que o movimento consolida a ótica da transgressão, do questionamento e, sobretudo da coragem. Na ocupação os sujeitos se articulam, mobilizam e realizam ações estratégicas, que para além de meramente dispêndio de força física, requer inteligência nas suas mais diversas formas de expressão. É, pois, nos processos de ocupação, que há formas de resistência, mas também as construções do sujeito e sua percepção enquanto ser Sem Terra.

Além da ocupação da terra, mas sempre articulada a ela, o referido Movimento possui uma ampla defesa da educação, mas compreendendo-a para além da continuidade formal do ambiente escolar e articulada incessantemente à prática e ao contexto social. Assim, essa acepção elenca a educação enquanto fundamental para os processos organizativos e políticos, uma vez que é por meio da primazia da práxis, enquanto ação humana concreta e refletida, que os processos de educação tornam-se instrumento de transformação social.

A atuação do MST na questão agrária explicita os horizontes para a concretização dos referenciais históricos de outro projeto societário, e se percebeu, a partir deste trabalho que há uma necessidade concreta de reflexão em torno dessa questão, inclusive pelo fato da sua correlação com as expressões da contradição capital e trabalho e os seus mecanismos de enfrentamento por parte das diversas organizações.

REFERÊNCIAS

- CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 60-81, jan./jun., 2003.
- CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: **SERVIÇO Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS\ABEPSS, 2009.
- DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. **A relação Serviço Social e Questão Agrária na contemporaneidade: inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2010.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. Que Reforma Agrária? In: A Questão Agrária na Virada do Século. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 1998, Presidente Prudente.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978.
- GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro (RJ): CIV.BRASILEIRA, 1982.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Edições: Loyola. São Paulo. Brasil, 2008.
- MIRANDA, A. A. B. M. **O processo de luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no estado do Maranhão – O caso do MST**. Universidade Federal do Maranhão Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, 2003.
- MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- PROGRAMA Agrário do MST. **Texto em Construção para o VI Congresso Nacional**. [S. l.]: [S. n.], 2013.
- SODRÉ, R. **As (Re) Formas da questão agrária Maranhense: multiplicidades e singularidades nos Assentamentos: Cigana e Cristina Alves – Itapecuru Mirim**. São Luís: MA. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, 2015.
- STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 8, 2000.

ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA: uma reflexão teórica sobre a relevância e os desafios da participação de idosos nos grupos de convivência

AGING AND QUALITY OF LIFE: a theoretical reflection on the relevance and challenges of the participation of the elderly in social groups

Maria Hilmará Sousa Viana Portela da Ponte¹
Thalyta de Araujo Sousa²

RESUMO: O envelhecimento com qualidade de vida é uma pauta significativa a ser abordada, uma vez que estudos e dados estatísticos demonstram que a população mundial tem se formada por pessoas mais velhas. Diante disso o presente artigo tem por objetivo analisar como os grupos de convivência têm auxiliado em um envelhecimento saudável, e quais os desafios relativos à atual conjuntura, que impedem que esses serviços sejam alcançados de forma efetiva. A metodologia consistiu em uma descrição bibliográfica de estudos análogos a temática da pesquisa. Os resultados apontam que dado à relação do envelhecimento e suas diretrizes, os grupos de convivência se firmam como espaços essenciais para o acolhimento do idoso, e a construção de sua emancipação social. A vista disso o artigo instiga a questionar quanto os desafios da centralização do Estado aos serviços prestados pelos grupos, e ratificar a importância da abertura desses espaços para que o envelhecimento com qualidade de vida seja de fato alcançado.

Palavras - chave: Envelhecimento saudável. Grupos de convivência. Idosos.

ABSTRACT: Aging with quality of life is a significant agenda to be addressed, since studies and statistical data show that the world population has been formed by older people. Therefore, this article aims to analyze how social groups have helped in healthy aging, and what are the challenges related to the current situation that prevent these services from being effectively achieved. The methodology consisted of a bibliographic description of studies similar to the research theme. The results show that, given the relationship between aging and its guidelines, social groups are established as essential spaces for welcoming the elderly and building their social emancipation. Because of this, the article encourages us to question the challenges of centralizing the State to services provided by groups and ratify the importance of opening these spaces so that aging with quality of life is actually achieved.

Keywords: Healthy aging. Social Groups. Elderly.

¹ Assistente Social formada pela Faculdade do Baixo Parnaíba; Pós-graduanda em Assistência Social e Saúde Pública – Faculdade de Ensino de Minas Gerais (FACEMINAS); E-mail: hpp.0822@gmail.com.

² Assistente social formada pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP); Pós graduanda em Gestão Social: políticas públicas, saúde e assistência social - Faculdade Ademar Rosado (FAR); Email: thalytasousass@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O cenário social evidencia um aumento significativo da população idosa no Brasil, projetando no país uma acentuada transição demográfica. Conforme os dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2018) esse aumento demonstra um acréscimo de 30,2 milhões de idosos em 2017, que data até os dias atuais, comparado ao ano de 2012, que constatou 25,4 milhões de idosos, essa tendência é referente à melhoria na qualidade de vida desses indivíduos e das políticas públicas voltadas a esse segmento social.

O envelhecimento, nessa perspectiva é compreendido como um processo, que perpassa os aspectos biológicos (BASSIT, 2013). Nesse processo é importante que se considere a influência da qualidade de vida e como essa pode influenciar em um envelhecimento saudável, considerando que esse envelhecimento é marcado por perdas e ganhos ao longo do seu desenvolvimento.

Diante disso, é necessária a discussão de espaços que estejam vinculados à promoção da qualidade de vida na velhice, como os grupos de convivência que propõe um envelhecimento digno, ativo e saudável, a partir do pertencimento e fortalecimento dos vínculos familiares e sociais. Esses grupos visam promover direitos resguardados nas legislações direcionadas a esse público-alvo, de forma a garantir como envelhecimento digno, estimulando à participação em atividades que envolvam a cultura, o esporte, o lazer e a educação.

Os grupos ganharam maior visibilidade a partir da criação dessas legislações. Dentre as legislações vigentes, está a Política Nacional do Idoso (PNI) 8.842/1994; e nove anos da criação da PNI, tem-se a criação da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003, a qual dispõe sobre o Estatuto do Idoso, ambas ratificam a necessidade de compreensão da qualidade de vida sobre o prisma dos grupos de convivência.

Em síntese a relevância da pesquisa consiste, pois, no aumento significativo da pessoa idosa no Brasil e a urgência da discussão frente essa ampliação, buscando trazer o debate da efetivação de serviços que garantem uma qualidade de vida a esses indivíduos. À vista disso, a pesquisa tem por objetivo identificar, por meio de um levantamento, quais fatores influenciam em um envelhecimento com qualidade através dos grupos de convivência, e quais os impasses para a efetivação dos mesmos.

2 MÉTODOS

O estudo procedeu de um levantamento bibliográfico, com uma abordagem qualitativa, apresentando os estudos do fenômeno da qualidade de vida através da perspectiva da participação de idosos nos grupos de convivência, e como esses espaços têm favorecido o envelhecimento ativo de idosos com a chegada à velhice, além de destacar os desafios encontrados para que os serviços sejam realizados de forma unânime.

3 MATERIAIS

A pesquisa foi realizada tendo em vista uma revisão de literatura, se debruçando em analisar temas análogos ao referenciado estudo em questão. Segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa é construída a partir da sondagem de trabalhos já realizados, como livros e artigos científicos.

Nesse intuito foram analisados trabalhos das bases de dados digitais para a construção da pesquisa, sendo essas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Repositório Institucional da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para o aprofundamento na pesquisa foram utilizados filtros com as seguintes palavras-chave: envelhecimento saudável, grupos de convivência e idosos. Sendo a busca por trabalhos no idioma português e em um período de tempo de 05 (cinco) anos, que vai dos anos de 2017 a 2021. É válido destacar, que a amplitude de trabalhos que tratam da questão do envelhecimento e da qualidade de vida na velhice é vasta, uma vez que essa população tem crescido e tem surgido a necessidade da sua discussão no campo das ciências.

A estratégia da seleção dos artigos inicialmente foi por intermédio da verificação sustentável de estudos com a referida temática, apreendendo muitos materiais dos diversos campos das ciências, seja das ciências biológicas, humanas ou sociais. Posteriormente, foi realizada uma análise através da separação de trabalhos que se constituíam análogos uns aos outros, por meio de uma leitura introdutória, para que não houvesse repetição de ideias.

Por fim, foi feita a soldagem dos dados empíricos, que levou em consideração o objetivo central da pesquisa, reunindo as três categorias do estudo, viabilizando assim, a reflexão, construção e difusão do debate para a relevância da compreensão do envelhecimento com qualidade de vida através dos grupos de convivência.

5 RESULTADOS

Foram encontrados 39 (trinta e nove) trabalhos dentre os quais somente 07 (sete) foram escolhidos para análise: 01 (uma) tese na BDTD; 04 (quatro) artigos na CAPES e 02 (duas) monografias no Repositório Institucional da FAP.

Dentre o número total de pesquisas encontradas foram descartadas 32 (trinta e duas) produções, pois não apresentaram proximidade com o tema em questão.

A Tabela 1 apresenta, pois um ordenamento acerca das bases de dados utilizadas para a revisão bibliográfica da pesquisa.

Tabela 1 - Relação da quantidade de publicações encontradas nas referidas plataformas de pesquisa

Bases de Dados	Quant. Publicações encontradas
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	08
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	29
Repositório Institucional da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP)	02
Total	39

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Em meio à escolha das pesquisas foram selecionados 07 (sete) trabalhos nas bases de dados, que estão apresentados no Quadro 1, o qual de acordo com as palavras - chaves selecionadas, possuíam maior similaridade com a temática sobre a discussão da qualidade de vida e o envelhecimento através dos grupos de convivência.

Quadro 1 - Trabalhos utilizados para a análise

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações		
ANO	TÍTULO	AUTORES
2020	Envelhecimento ativo entre idosos residentes na microrregião de saúde de Uberaba, Minas Gerais.	Nayara Gomes Nunes Oliveira
Periódicos da CAPES		
2017	Acompanhamento do envelhecimento humano em centro de convivência.	Maria Matha Duque de Moura e Renato Peixoto Veras
2017	Equilíbrio, mobilidade funcional e qualidade de vida em idosos participantes e não participantes de um centro de convivência.	Maiara Lonh de Farias; Lisiane Piazza Luza; Bianca Andrade de Sousa e Ediane Roberge Zampirolo
2018	A influência de grupos de promoção de saúde no envelhecimento de idosos.	Tiago dos Santos Leles; Michelle de Menezes Carlos e Grasielle Silveira Tavares Paulin

2018	A importância dos grupos de convivência para os idosos como instrumento para a manutenção da saúde.	Lilia Lopes Schoffen e Walquiria Lene dos Santos
Repositório Institucional da FAP		
2019	A centralidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no desenvolvimento dos programas socioassistenciais: uma experiência no CRAS “Campo Velho”.	José Ayrton Silva Almeida e Nágila da Conceição Ferreira
2019	Velhice e trajetórias: particularidades da institucionalização na última fase do ciclo vital.	Geordania Meireles de Araújo e Letycia Neves Lopes dos Santos

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Relativamente à análise dos textos nas plataformas digitais, observou-se que a maioria dos trabalhos, eram artigos publicados em revistas científicas. Quanto aos instrumentos de coletas de dados, observou-se que as entrevistas e questionários obtiveram maior destaque na realização dos trabalhos, sendo esses instrumentos realizados mediante uma amostra de participantes e não participantes dos grupos de convivência.

Essa seleção de amostra evidenciou que o perfil de participantes dos grupos de convivência era formado em sua maioria por pessoas do sexo feminino, o que demonstra preocupação com idosos do sexo masculino, que na medida em que envelhecem não buscam formas para aperfeiçoar um envelhecimento com qualidade de vida. Nessa relação, observa-se que idosos que participam dos grupos de convivência possuíam maior satisfação, melhor bem-estar social pela vida e uma maior mobilidade física e psíquica, comparada aos idosos não participantes.

6 DISCUSSÃO

6.1 Velhice: uma abordagem sobre os aspectos do envelhecimento

O envelhecimento humano é uma considerável discussão no campo das ciências, uma vez que a população idosa cresce proeminentemente a nível mundial. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (2012), no mundo contemporâneo a cada segundo duas pessoas celebram o seu sexagésimo aniversário. Somando cerca de quase 58 milhões de idosos que comemoram anualmente os seus 60 anos ou mais.

Os determinantes que levam a compreender esse aumento significativo da população idosa são diversos, dentre eles, está à diminuição da mortalidade infantil, o avanço da medicina e o desenvolvimento tecnológico, além da diminuição na taxa de fecundidade, devido aos fatores econômicos e sociais.

A velhice, segundo Neri (2013) é considerada como sendo a última fase do ciclo vital. Essa etapa de acordo com Oliveira (2020) é marcada pela subjeção do fator cronológico, que respalda que idosos são considerados os indivíduos que possuem (sessenta) anos ou mais. O idoso nessa fase passa a compreender a sua adaptação ao estado de ser idoso, de acordo com os valores temporais e culturais que a sociedade estabelece.

Já o envelhecimento segundo Duarte (2018) é definido como um processo tido como universal, que é estreitamente inerente à vontade dos indivíduos. Esse processo é marcado desde a concepção da vida dos indivíduos até a interrupção da mesma.

Dentro desse processo é necessária a compreensão dos aspectos demográficos e estatísticos do envelhecimento, assim como também se torna estreitamente precisa a discussão desse debate sobre uma perspectiva histórica e evolutiva da humanidade. Dentro desse parâmetro Schoffen e Santos (2018) enfatizam que o envelhecimento possui significados diferentes, e é comum, portanto observar que em séculos anteriores o envelhecimento estivesse atrelado a uma questão de entusiasmo e progresso, sendo a idade avançada um fator a ser enaltecido, haja vista o envelhecimento fosse considerado como uma fase de saberes acumulados, de experiências de vida e amadurecimento.

Ser velho hoje já não é questão de entusiasmo ou progresso, isso porque as gerações são marcadas por um padrão onde a estética e a boa forma prevalece de modo a estabelecer uma aparência mais jovem. O que se relaciona relativamente, com uma sociedade capitalista de produção e consumo, que manipula através dos parâmetros, formas de manter uma identidade rejuvenescedora e lucrar com os padrões estéticos pré-estabelecidos.

Como destaca Faleiros e Afonso (2008), embora o envelhecimento seja essa categoria coletiva é preciso que se leve em consideração os fatores subjetivos da compreensão dos indivíduos sobre esse processo. Dessa forma é válido destacar o que Araújo e Santos (2019) denominam como “heterogeneidade na velhice”, algo que enfatiza a existência de diversas formas de envelhecer, logo o processo desse envelhecimento não é similar a todos, havendo, pois idosos que possam encarar a velhice como algo positivo, e análogo a essa posição possam existir idosos que considerem essa fase como a fase da inutilidade.

Nesse intuito é possível destacar que o idoso possa encarar a velhice, tanto de maneira positiva, quanto negativa, e isso dependera estreitamente do que Schneider e Irigaray (2008) colocam sobre como que a sociedade trata a velhice, na medida em que os indivíduos alcancem tal idade.

Embora o processo do envelhecimento esteja ligado aos aspectos biológicos dos indivíduos, Bassit destaca, que (2013, p. 2178) “[...] a compreensão do envelhecimento pela ótica da biologia e da medicina, não são suficientes por si só para tratar das relações que estabelecemos em nosso percurso.” Isso devido à sociedade contemporânea ser marcada por fatores subjetivos, sociais e temporais que também podem determinar como a velhice pode se estruturar.

Dentro dessa perspectiva surge a necessidade de discutir o fenômeno do envelhecimento ativo e com qualidade no processo do envelhecimento, uma vez que de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) esse parâmetro trata-se de um processo de oportunidades seja da saúde, de participação ou de segurança, em que as pessoas idosas buscam em seu intermédio uma melhor qualidade de vida (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2005). Diante disso, envelhecer ativamente trata-se de romper com paradigmas de funcionalidade corrompida na chegada da velhice e designar um envelhecer pautado no bem-estar social, físico e psíquico.

6.2 Grupos de convivências: espaços que promovem qualidade de vida à pessoa idosa e os desafios contemporâneos de sua efetivação

O aparecimento dos grupos de convivência no Brasil se firmou nos anos 60, a partir da iniciativa do Serviço Social do Comércio (SESC), que organizou programas educacionais para idosos- em meio a uma perspectiva de escassez de políticas e programas a esse segmento social - o que contribuiu para a multiplicação de espaços que visassem o mesmo objetivo, diante da expansão da população idosa no país. (CAMARANO; PASINATO, 2004 apud OLIVEIRA, 2020, p. 43).

As pessoas idosas que participam dos grupos de convivência experimentam atividades recreativas de caráter cultural, social e educacional, exemplificando: a socialização em grupos, prática de esportes, aprendizagem de trabalhos manuais, rodas de conversas, datas comemorativas, palestras informativas, eventos culturais e dentre outros. Essas atividades têm em vista assegurar um envelhecimento digno, ativo e saudável. (MOURA; VERAS, 2017)

Schoffen e Santos (2018) a partir dos resultados e discussões do seu estudo, descrevem os relatos de idosos sobre a importância dos grupos de convivência no seu cotidiano, os mesmos sentem a necessidade de estarem inseridos no meio social, pois a qualidade do envelhecer não está atrelada somente à boa saúde, mas à possibilidade de interação e apoio social que encontram nesses espaços, superando situações de vulnerabilidade e exclusão social.

Além disso, as autoras ainda mencionam alguns desafios que os grupos de convivência enfrentam ligados a feminizarão na velhice, sendo que os grupos são formados em sua maioria por participantes do sexo feminino, criando assim uma discussão a ser abordada sobre o envelhecimento saudável em homens, e como a sua não participação nas políticas destinadas a sua categoria, podem refletir na qualidade do seu bem estar social.

Os grupos de convivência, atualmente são considerados espaços de socialização e potencialização para as pessoas idosas que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social. Para Wanderbroocre, Wiedemann e Bussolin (2015), esses locais têm um valor significativo às idosas participantes, pois permitem a elas saírem de suas casas, possibilitando a prática de diversas tarefas lúdicas, construindo contatos sociais, que concedem trocas de experiências e dessa forma lhe é viabilizado um sentimento de bem-estar a este segmento social, diante de um território de poucas oportunidades de lazer.

Os motivos que levam os idosos a participarem dos grupos de convivência são amplos, como por exemplo: uma melhoria na saúde física e mental, por meio das práticas esportivas; entusiasmados em construir uma integração social com os participantes e profissionais, gerando a sensação de pertencimento social. Sendo assim, esses locais de fortalecimento dos vínculos familiares e sociais permitem uma qualidade de vida aos participantes (MOURA; VERAS, 2015).

A qualidade de vida na velhice se constitui na tentativa contínua de independência da pessoa idosa no seu último ciclo vital, pois o referido estágio da vida é encarado por limitações, principalmente físicas e psicológicas, o que conduz à diminuição da qualidade de vida desses indivíduos, o que gera inseguranças dos mesmos frente à velhice, por receio de se tornarem dependentes em decorrência de alguma doença ou não conseguirem realizar suas atividades como antes. Contudo, os grupos de convivências funcionam como estratégias para preservar as capacidades e o desenvolvimento físico e cognitivo dos idosos, por intermédio das atividades oferecidas, dessa forma superando os receios dos idosos quanto à velhice (FARIAS ET AL., 2017). Dessa forma a construção e ampliação desses espaços, que reforçam a qualidade de vida na velhice é primordial, visto que, segundo Leles, Carlos e Paulin (2018) dentro desses espaços é possível observar que, por meio de um processo dinâmico e interativo, a participação de idosos em atividades é alcançada e há um reconhecimento da sua valorização e pertencimento social.

Os grupos de convivência se constituem como um dos poucos espaços que garantem um envelhecimento digno, segundo os dados do IBGE (2013) 53,7% dos municípios brasileiros contam com esses grupos em sua base territorial, no entanto é

pertinente destacar os desafios e limitações que esses locais enfrentam no contexto neoliberal, essencialmente aqueles grupos atrelados ao Estado, no que concerne a falta de recursos materiais, humanos, a alta rotatividade de trabalhadores e a carência dos mesmos, para que os serviços sejam realizados de forma efetiva. (ALMEIDA; FERREIRA, 2019).

Nessa perspectiva é válido destacar que os desafios do envelhecer com qualidade de vida, tem uma relação unilateral do envelhecimento com o capital. Uma vez que de acordo com Costa (2015), o capital estipula a ideia de que “ser velho” é sinônimo de inatividade, desocupação e dentre outros pejorativos, e que estes indivíduos devem a todo custo se distanciar das suas realidades, da sua essência, ocasionando perturbações aos mesmos.

A crítica existente é que o capitalismo não tem enxergado o idoso na sua subjetividade ou até mesmo como um sujeito detentor de direitos. Beauvoir (2018) menciona que o homem nesse sistema é considerado como uma máquina que com o passar dos anos vai perdendo sua devida funcionalidade.

Os idosos, como cidadãos de direitos, diante das novas medidas – de afastamento social - adotadas pelo capital padecem ao acesso de políticas públicas, pois o Estado torna-se seletivo no atendimento as urgências das classes sociais.

Como destaca Couto (2010), a seguridade social como um sistema de proteção, centrado na assistência social, saúde e previdência social, se firma como um marco histórico político brasileiro, pois, pela primeira vez um texto constitucional, enfatiza a responsabilidade do Estado sobre as necessidades da população, garantindo que esses tenham acesso aos direitos na sua condição de cidadão.

No entanto, o cenário político social brasileiro, passa por percalços que interferem na centralização do Estado como um mecanismo de acesso aos direitos civis. Cenário esse que reflete em “novas” formas de acumulação de capital (BOSCHETTI, 2009).

Essa relação tem refletido diretamente aos serviços prestados a população que emana das políticas públicas, um exemplo disso é o fortalecimento de unidades que prestam serviços similares aos da seguridade social, porém em uma ótica privada. Fazendo com que o Estado se direcione a essas instituições como mediador, se despondo de suas responsabilidades enquanto órgão central.

Trazendo essa realidade para os grupos em questão, há o que autores designam como a rotatividade dos centros de atividades dos grupos de convivência que “[...] assumem várias denominações e são tão de natureza pública quanto privada.” (NÓBREGA; NÓBREGA, 2013, p. 11). Polarizando assim, a ideia da centralização do Estado e contrariando a ideia do Estatuto do Idoso, que afirma ser no artigo 9º: “[...] obrigação do

Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.” (BRASIL, 2003).

Essa distância do Estado dos seus encargos, nos grupos de convivência, reflete diretamente na desqualificação dos serviços prestados por esses espaços. Torna-se relevante, portanto à compreensão e o debate da funcionalidade dos grupos de convivência frente à conjuntura contemporânea do capital, pois esses espaços, além de proporcionarem uma melhoria na qualidade de vida das pessoas idosas, têm sido um dos poucos espaços que são direcionados a essa classe desprovida.

7 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo investigar através dos debates teóricos existentes quais os fatores que contribuem para a qualidade do envelhecer dentro dos grupos de convivência. Analisando as evidências que levam os idosos a buscarem os serviços prestados pelos grupos, compreendendo os entraves dos serviços na sua efetivação.

Os resultados apontaram que perante a expansão da população idosa, os grupos de convivência tornaram-se locais essenciais para que estes desenvolvam seu potencial, assegurando o seu bem-estar mental, físico e social, possibilitando a construção de vínculos afetivos, afastando assim, os estereótipos construídos culturalmente na sociedade de impotência na última fase do ciclo vital.

Os trabalhos trazem as especificidades da velhice, sobre uma perspectiva cultural, social, histórica e dinâmica. O elevado crescimento da população idosa no Brasil leva estudiosos a compreenderem esse fenômeno sobre o aspecto de oportunidades de um envelhecer com qualidade de vida, levando em conta a subjetividade que permeia o termo “envelhecer”.

A relevância da temática no campo das ciências evidencia uma valorização do idoso frente a sua grande expansão na sociedade. À vista disso, a pesquisa viabilizou uma revisão da literatura nas bases de dados, que reafirma a importância do debate acerca dos grupos de convivência para a garantia da qualidade de vida dos idosos que possam se encontrar em situação de risco e vulnerabilidade social e que dispõe como mecanismo para o envelhecimento ativo os grupos de convivência.

No que tange os entraves da pesquisa é possível mencionar a escassez de trabalhos que retratem os desafios encontrados na efetivação dos serviços prestados pelos

grupos de convivência, frente ao atual cenário brasileiro, que marca uma escassez de investimentos públicos nos serviços socioassistenciais. Para tanto se torna necessário uma maior discussão quanto à importância que os mesmos têm para os idosos; além de fomentar um reconhecimento central dos serviços prestados pelos grupos como direito, afastando a percepção de assistencialismo. Ademais, torna-se preciso uma maior qualificação e ampliação das atividades, para que idosos se sintam mais pertencidos e acolhidos frente à inovação dos serviços.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Ayrton Silva; FERREIRA, Nágila da Conceição. **A centralidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no desenvolvimento dos programas socioassistenciais: uma experiência no CRAS “Campo Velho”**. 2019. 56 folhas. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdade do Baixo Parnaíba, Chapadinha, 2019.
- ARAÚJO, Geordania Meireles de; SANTOS, Letycia Neves Lopes dos. **Velhice e trajetórias: particularidades da institucionalização na última fase do ciclo vital**. 2019. 65 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Curso de Serviço Social) – Faculdade do Baixo Parnaíba, Chapadinha, 2019. Disponível em: https://static.wixstatic.com/ugd/28f27c_b8dd2a9b53074e3399f6e655fb873faf.pdf Acesso em: 13 fev. 2020.
- BASSIT. **Envelhecimento e Gênero**. In: FREITAS, Elizabete Viana de; P. Y, Ligia (org.). **TRATADO DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2018.
- BOSCHETTI, Ivanete. A política da seguridade social no Brasil. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 1-18.
- BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto de Idoso e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70326/672768.pdf?sequence=2>. Acesso em: 19 out. 2019.
- COSTA, Joice Sousa. **Velhice, ideologia e crítica: uma análise sobre a participação, protagonismo e empoderamento dos(as) velhos(as) nos espaços das conferências**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138559>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- COUTO, Berenice Rojas. O direito social, a Constituição de 1988 e a seguridade social: do texto constitucional à garantia da assistência social. In: _____. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. cap. 3.

DUARTE, Luzia Travassos. **Envelhecimento**: processo biopsicossocial. El portal de la psicogerontologia. 2008. Disponível em: www.psiconet.com/tiempo/monografias/brasil. Acesso em: 23 out. 2019.

FALEIROS, V. P.; Afonso, K. A. Representações sociais da qualidade de vida na velhice para um grupo de idosos do Projeto "Geração de Ouro" da Universidade Católica de Brasília. **Serviço Social & Realidade**, [s. l.], v. 17, p. 39-46, 2008. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/2>. Acesso em: 13 fev. 2020.

FARIAS, Maiara Lohn de. *et al.* Equilíbrio, mobilidade funcional e qualidade de vida em idosos participantes e não participantes de um centro de convivência. **Sci. med.** Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 1-7, out./dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/39mekuE>. Acesso em: 08 out. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2013.

LELES, Tiago Santos; CARLOS, Michelle Menezes; PAULIN, Grasielle Siliveira. A influência de grupos de promoção de saúde no envelhecimento de idosos. **Revisbrato**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 305-318, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/13587/pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

MOURA, Maria Martha Duque de; VERAS, Renato Peixoto. Acompanhamento do envelhecimento humano em centro de convivência. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 19-39, jan. 2017.. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/M9K9GZ6PmF5BDwvVN6b3VCj/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 ago. 2021.

NERI, Anita Liberalesso. **Conceitos e teorias sobre o envelhecimento**. In: DINIZ, Leandro F. Malloy; FLUENTES, Daniel; COSENZA, Ramon M. (Org.). **Neuropsicologia do desenvolvimento**: uma abordagem multidimensional. Porto Alegre: Artmed, 2013. Disponível em: https://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/c/a/cap_016.pdf. Acesso em: 13 fev. 2020.

NÓBREGA, Suênia Maria Formiga da; NÓBREGA, Maria de Magdala. Os grupos de convivência como espaços promotores da qualidade de vida entre idosos: uma revisão de literatura. **Rebes**, Pombal, v. 3, p.9-14, 2013. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/2077>. Acesso em 13 fev. 2020.

OLIVEIRA, Nayara Gomes Nunes. **Envelhecimento ativo entre idosos residentes na Microrregião de Saúde de Uberaba, Minas Gerais**. 2020. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2020. Disponível em: <http://bdtd.uftm.edu.br/bitstream/tede/1003/5/Tese%20Nayara%20G%20N%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. **Data Zoom**. (201-). Disponível em: econ.puc-rio.br/datazoom/pnad.html. Acesso em: 05 ago. 2021.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, p. 585-593, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.

SCHOFFEN, Lilia Lopes; SANTOS, Walquíria Lene dos. A importância dos grupos de convivência para os idosos como instrumento para manutenção da saúde. **Revisa**, [s. l.], v. 7, n. 3, p.161-171, ago. 2018. Disponível em: <http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/317>. Acesso em: 13 fev. 2020.

WANDERBROOKE, Ana Claudia N. S.; WIEDEMANN, Anneliese M. V.; BUSSOLIN, Cleide. Participação Social e familiar de idosas vinculadas a um grupo de convivência de uma comunidade de baixa renda em Curitiba-PR. **Salud & Sociedad.**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 212-222, set./dez. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6755301.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

LITERATURA E GESTO POÉTICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

LITERATURE AND POETIC GESTURE IN BASIC EDUCATION

Maria Auridéia Moraes do Vale¹

RESUMO: Esta escrita trata-se de estudo filosófico em fenomenologia da linguagem. O interesse pela temática emergiu a partir da aproximação do gesto poético da literatura com o ato de filosofar, de reaprender a olhar o mundo na ação operante em linguagem. A problematização se deu mediante a interrogação: O que há para pensar e saber em torno do fenômeno da leitura literária na Educação Básica? Nesse intuito, teve intencionalidade de estudar o gesto poético em linguagem escrita e vocalizada. As experiências com leituras filosóficas e fenomenológicas oportunizaram realizar interlocuções com modos de pensar de autores como Paul Zumthor, Tzvetan Todorov e Gaston Bachelard. Esta pesquisa constituiu um percurso educativo em que a leitura literária na escola é compreendida como um movimento de transformação humana desde que seja realizada com demora, paciência e escuta. O gesto poético é um convite para o pensamento, a reflexão existencial, e a produção de sentidos.

Palavras - chave: Educação Básica. Leitura literária. Gesto poético.

ABSTRACT: This research is a philosophical study in language phenomenology. The interest in the theme emerged from the approximation of the poetic gesture of literature with the act of philosophizing, of relearning to look at the world in the action operating in language. The problematization took place through the question: What is there to think and know about the phenomenon of literary reading in Basic Education? With this in mind, she intended to study the poetic gesture in written and vocalized language. The experiences with philosophical and phenomenological readings made it possible to carry out dialogues with the ways of thinking of authors such as Paul Zumthor, Tzvetan Todorov and Gaston Bachelard. This research constituted an educational path in which literary reading at school is understood as a movement of human transformation as long as it is done with delay, patience and listening. The poetic gesture is an invitation to thinking, existential reflection, and the production of meanings.

Keywords: Basic education. Literary reading. Poetic gesture.

¹ Mestra em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Professora da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP e da Educação Básica (Anos Finais do Ensino Fundamental) no Município de Chapadinha, Maranhão. E-mail: aurideiamoraes@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As experiências como professora da Educação Básica me colocaram em constante reflexão acerca da leitura literária na escola. As imagens poéticas suscitadas na lembrança da minha infância em contato com a palavra vocalizada, por meio de contações de histórias, e da minha adolescência, em textos escritos embrenhados de poesia, desencadearam questionamentos em torno da literatura no ambiente escolar.

Tenho observado, ao longo do meu ofício docente (com início em 2012), que muitos adolescentes e jovens têm relegado a literatura como uma disciplina desinteressante por exigir a memorização de datas, nomes e classificações. Por isso, emergiu o questionamento: O que há para pensar e saber em torno do fenômeno da leitura literária na Educação Básica?

Busquei sustentação teórica para esta pesquisa em uma perspectiva filosófica da fenomenologia da linguagem, pensando o gesto poético da literatura em estreita relação com a produção de atos singulares em linguagem humana. É possível afirmar com Rezende (1990, p. 17), por exemplo, que a preocupação da fenomenologia está em “[...] dizer em que sentido há sentido, e mesmo em que sentidos há sentidos. Mais ainda, nos fazer perceber que há sempre mais sentido além de tudo aquilo que podemos dizer”.

O sentido de fenômeno, nuclear na abordagem fenomenológica, requer ser explicitado. Bicudo contribui para a compreensão do que se quer dizer quando se fala em fenômeno, na fenomenologia, ao afirmar que “[...] o fenômeno é o que se mostra a quem intencionalmente o olha. Ele se mostra no encontro entre o ver e o visto (noesis-noema), entre o que se mostra e ao olhar de quem olha de modo intencional” (SIMEÃO, MOCROSKY, 2018, p. 243). Essa intencionalidade, destaca a pesquisadora, não é sinônimo de proposital. Antes afirma o próprio movimento consciência, aquele que se estende ao que se mostra a... (alguém) e volta-se sobre (o percebido).

Nessa abordagem, o núcleo da fenomenologia está justamente na compreensão de que cada ato por nós realizado ou cada experiência vivida é “consciência de” ou uma “experiência de”. O conceito fenomenológico de intencionalidade refere-se especificamente à teoria do conhecimento e não à ação humana. O termo, na fenomenologia, significa intenções cognitivas em direção a algo que “aparece” no mundo. Esse encontro se dá num instante, que é o nosso estar no mundo agora, no qual o fenômeno se mostra no ato mesmo de perceber.

Além disso, a pesquisa tem caráter qualitativo. Bicudo (2005, p. 24) explica que a pesquisa qualitativa se propõe na realização de um estudo no qual “[...] a participação e

engajamento são fundantes e onde a linguagem é sempre expressão e comunicação do percebido, compreendido, articulado por sujeitos historicamente situados”. Tal compreensão permitiu estudar de forma reflexiva a relação da Literatura com a Educação Básica, intuir a partir do que outros educadores e autores já pesquisaram em torno da temática. A dinâmica de leitura de textos literários na escola pode ser multiversa e contemplar singularidades do ser humano em suas diferentes dimensões.

Ainda segundo a pesquisadora Bicudo (SIMEÃO, MOCROSKY, 2018, p. 245), a pesquisa qualitativa é um tipo de descrição que “[...] relata o acontecimento, sem juízos e valores, sem explicações. Quando nos debruçamos sobre a descrição colocando o foco na interrogação, vamos destacando o que nos chama a atenção a partir da interrogação formulada”. Aqui, antes de respostas ou explicações, o importante é explorar a interrogação que mobiliza o estudo.

Além disso, Bachelard permite intuir que a pesquisa qualitativa favorece enxergar fenômenos que não podem ser descritos de forma generalizada, mas a partir de uma episteme própria. Em suas palavras, a partir da compreensão de que todo saber científico é reconstruído a cada momento, “[...] nossas demonstrações epistemológicas só têm a ganhar se forem desenvolvidas no âmbito dos problemas particulares, sem preocupação com a ordem histórica” (BACHELARD, 1996, p.10).

A percepção e recepção de cada sujeito leitor é particular na ação operante do ler, ouvir sentir e pensar. Embora indivíduos tenham oportunidades das mesmas vivências, as experiências de cada um são únicas, singulares. Por isso, o enfoque da pesquisa qualitativa consistiu numa abordagem fenomenológica. É um tipo de estudo que envolve o mundo da observação e percepção. Conforme argumenta Merleau-Ponty (2004),

O mundo da percepção, isto é, o mundo que nos é revelado por nossos sentidos e pela experiência de vida, parece-nos à primeira vista o que melhor conhecemos, já que não são necessários instrumentos nem cálculos para ter acesso a ele e, aparentemente, basta-nos abrir os olhos e nos deixarmos viver para nele penetrar (MERLEAU-PONTY, 2004 p. 1).

Escrevo, portanto, a partir de um pensamento filosófico de que a nossa condição humana é pensar o mundo e os outros, estando inserido nele numa coletividade, em partilha com o outro. Nessa compreensão, o mundo que emerge da leitura literária ultrapassa o discurso informativo ao nele me situar e o significar, pois o mundo não sendo “em si mesmo intocável, ele é sempre de maneira primordial, da ordem do sensível: do visível, do audível, do tangível” (ZUMTHOR, 2007, p. 78).

Enxergar o humano na sua potência produtora de linguagem, imaginativa e multifacetada é uma atitude que requer um olhar filosófico, investigativo e aberto. Não somos iguais, determinados e finitos. Somos expansivos, imprevisíveis e criadores de mundos infinitos. Assim, a opção filosófica é também fenomenológica porque busca enxergar o fenômeno humano para além de seres previsíveis e presumidos.

Esta pesquisa tem a ver com o modo de conceber o ato de educar crianças e jovens não apenas na escola de Educação Básica, mas em sua trajetória de vida, na qual as mudanças vão ocorrendo, as experiências no mundo com os outros vão provocando devaneios e questionamento sobre as nossas formas de existir e o nosso lugar no mundo.

2 O GESTO POÉTICO DA PALAVRA ESCRITA E VOCALIZADA

A potência imaginativa que emerge da experiência compartilhada de ler a palavra escrita e escutar a palavra vocalizada permite compreender com Paul Zumthor (2007, p. 78) que a dimensão poética do texto desperta em meu corpo “[...] essa consciência confusa de estar no mundo, consciência confusa, anterior a meus afetos, a meus julgamentos, e que é como uma impureza sobrecarregando o pensamento puro... que, em nossa condição humana se impõe a um corpo (se assim se pode dizer!)”.

Essa sensibilidade ou “consciência confusa” habita a experiência poética da linguagem, sustenta nossos devaneios e nos “coloca no mundo” ao suscitar “uma presença em mim, leitor” (ZUMTHOR, 2007, p. 81). Para o autor, essa presença implica o corpo que se expõe na percepção a partir de uma memória que é do próprio corpo.

Conforme Richter (2016), toda produção de linguagem solicita um fazer operativo que engendra efeitos no real, uma vez que manipular envolve o corpo inteiro em um movimento de agregar a algo um pensamento, um sentido, e por isso é uma ação transformadora. Entendendo a manipulação como um fazer operativo, na leitura da palavra vocalizada, o corpo comunica junto com as palavras que saem da boca daquele que ler. Assim, leitores e ouvintes podem ser imbricados no movimento do corpo para a construção dos sentidos que emergem na ação brincante da linguagem.

Considero o gesto poético da literatura como fundante na vida das crianças e jovens, tanto nos textos escritos como nas vozes de leitores ou contadores de histórias. Embora a literatura tenha atualmente uma imbricação com a palavra escrita, por sua origem etimológica estar relacionada à letra (*littera*), a literatura em sua dimensão poética não se restringe à escritura, mas tem a ver com as sensações delicadas, fugazes e extremas, como

diria Lispector (1999). Um fenômeno poético que pode ser manifestado tanto na escritura de um texto quanto na voz suave ou torrente de um contador de histórias, ou seja, literatura como produção de sentidos na convivência.

Refletindo a partir das ideias de Zhumtor, entendo que todo texto poético é performativo na medida em que ouvimos o que ele tem a nos dizer. Em outras palavras, desde que nos dispomos a perceber a sua materialidade, a força de suas palavras, sua estrutura acústica e as reações que ele pode nos provocar. (ZHUMTOR, 2007)

Jean (1999), em seu livro *A leitura em voz alta*, destaca como é prazeroso apreciar a voz na infância. “Inúmeros professores e estudantes que gostam de ler em voz alta, ao serem interrogados sobre este assunto, reconhecem que para eles a leitura em voz alta é um verdadeiro prazer, sensual, um gozo quase físico, dizem eles” (JEAN, 1999, p. 84).

Zumthor (2007), por sua vez, estabelece a diferença do uso oral da palavra. Ele usa os termos *vocalidade* e *poesia vocal* para privilegiar a ideia de performance e desfazer-se das expressões *oralidade* e *literatura oral*. Pois é na performance o “[...] momento decisivo em que todos os elementos cristalizam em uma e para uma percepção sensorial – um engajamento do corpo” (ZUMTHOR, 2007, p. 18). Assim, o encantamento com os textos literários não se dá na mera prática de verbalizar palavras escritas, mas na emergência de todos os sentidos do corpo em sua performance na vocalidade.

Para além do texto escrito, o fato de se tomar a palavra como forma de ação pensante, fugidia e transfiguradora é que se pode designar o fenômeno poético. Compreendo, assim, que a poesia não é um privilégio daqueles que têm a propriedade nos arranjos da palavra escrita, mas uma potência da imaginação humana como experiência de linguagem e produção de sentidos.

Para Zumthor (2007, p. 56), “em poesia, ‘dizer é agir’. E eu entendo poesia, aqui, como em ocasiões precedentes, no sentido mais geral, incluindo nossa ‘literatura’ ... ainda que na estética que prevalece entre nós há séculos o discurso propriamente poético seja fortemente parasitado pelo representativo”. É nesse sentido que sustento a ideia de que a literatura em sua dimensão poética é um convite para alunos/as estarem em presença, em atos de pensamento.

A leitura é anterior à decodificação dos signos linguísticos. “A criança pode descobrir o prazer da leitura muito antes de aprender a ler.” (FRONCKOWIAK, BARBOSA, 2021, p.159) Assim como os leitores podem descobrir esse desejo na construção coletiva, na conversa sobre os textos. Ler e escutar sobre o lido é uma forma de conversar sobre mundos e vidas. Nas palavras de Bajour (2012, p. 23): “O regresso aos textos por meio da conversa sempre traz algo novo.”

Bajour (2012) argumenta ainda que “[...] é enriquecedor pensar como leitura esse momento do bate-papo sobre o lido, o intercâmbio acerca dos sentidos que um texto desencadeia em nós.” Por ser assim, os mediadores de leitura podem contribuir verdadeiramente para o prazer da ação de ler se houver espaço para as conversas, para os encontros e para a escuta. Na leitura solitária, não existe essa mesma possibilidade de ser mobilizado/a pelas interpretações dos outros.

3 LITERATURA E EDUCAÇÃO BÁSICA: reflexões pedagógicas

O tema desta pesquisa tem relevância social à medida que o modo de se pensar a educação reflete nos encaminhamentos das políticas públicas e sua concretização nos espaços escolares. Pensar o humano em suas potências languageiras é crucial para considerar a formação das crianças de forma amplificada, complexa e inesperada.

A lógica da produtividade do cenário econômico brasileiro tem se pautado por um fundamento em que exige a secção do humano de suas emoções, seus modos de imaginar e agir no coletivo mundano ao lhes exigir uma racionalidade técnica-científica que sobreponha a neutralidade em sua participação, refletindo, dessa forma, nas práticas pedagógicas. Por outro lado, a sensibilidade é um aspecto importante na existência humana, pois amplia as possibilidades de produção e constituição de mundos.

Na escola, encontros de leitura e escuta do texto literário podem potencializar o pensamento singular dos alunos e dos professores ao favorecer experiências de ressignificação dos modos de conviver na escola, pela valorização do movimento de estar sendo no mundo com outros ao produzir outros mundos possíveis.

Todorov (2009) pondera que a literatura nas escolas não tem provocado o gosto nos estudantes porque se tem ensinado de forma distorcida, ou seja, prevalece mais o ensino de críticas à literatura, seus formalismos e periodização do que propriamente possibilitar o contato com as obras. Não há espaço e nem tempo para as experiências leitoras que podem provocar o despertar das sensações, dos sentidos e das percepções para uma consciência existencial no mundo a partir do ato de ler ou escutar poesia. A leitura é, normalmente, superficial, mecânica, aligeirada e didatizada. Nesse momento, emerge o questionamento de como os alunos poderiam se interessar pela literatura em sua existência mundana.

Richter (2016), a partir do pensamento bachelardiano, escreve que a imaginação poética é imbricada de paradoxos, tanto nas abordagens subjetivas quanto objetivas. Segundo

a autora, na fenomenologia da leitura literária de Bachelard, são esses oxímoros entre o interior e exterior que nutrem a imaginação poética.

Meirelles (2016) descreve que pessoas consideradas iletradas também têm a sua literatura, pois quaisquer agrupamentos humanos possuem as suas lendas, suas histórias, seus cânticos e suas culturas. Compreendo que a literatura é um convite para o pensamento imagético, para a inauguração de sentidos. É diversão, entretenimento e produção de mundos singulares.

O gesto poético da literatura nos atrai, nos arrasta, nos envolve e nos transcende. Esse gesto pode estar nas letras de músicas, nas cartas de amor, nos poemas, nas canções de ninar, nos jogos e brincadeiras. Também pode estar nas vozes de professores, leitores ou contadores de histórias. A experiência sensível com a linguagem poética suscita circunstâncias de transformação do humano, de reflexões sobre o mundo, sobre os outros e sobre si mesmos.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a estesia é mencionada a partir do componente curricular Arte. Segundo esse documento, a Arte contribui “[...] para a interação crítica dos alunos com complexidade do mundo, além de favorecer o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, importantes para o exercício da cidadania.” (BRASIL, 2018) Para além disso, as artes suscitam as emoções, provocam a consciência do corpo na relação com outros e com o mundo.

A BNCC propõe que as atividades com estudo das linguagens sejam articuladas com dimensões do conhecimento que perpassam as Artes visuais, da Dança, da Música e do Teatro, entre outras atividades que abordem as dimensões: criação, crítica, estesia, expressão. No entanto, cabe interrogar e pensar essa forma de entender ou articular experiências de linguagem nos estudos escolares em prol de uma liberdade artística. A estesia, nesse documento:

[...] refere-se à experiência sensível dos sujeitos em relação ao espaço, ao tempo, ao som, à ação, às imagens, ao próprio corpo e às diferentes matérias. Essa dimensão articula a sensibilidade e a percepção, tomadas como forma de conhecer a si mesmo, o outro e o mundo. Nela, o corpo em sua totalidade (emoção, percepção, intuição, sensibilidade e intelecto) é o protagonista da experiência (BRASIL, 2018).

A despeito desses conceitos apresentados na BNCC reportarem a uma ideia de educação pautada na complexidade do humano e do mundo, é comum a adoção de políticas públicas ou propostas pedagógicas que concebem o ser humano em separação com o mundo, seccionando razão e emoção. As mudanças sociais, políticas e educacionais configuram uma

tendência para a valorização das competências técnicas ditadas pelo imperativo setor econômico da sociedade em detrimento dos elementos sensíveis da humanidade.

Na educação escolar, a valorização de alguns conteúdos curriculares em detrimento de outros e a ausência de metodologias que incentivem a integração dos alunos nas aulas por meio de vivências e experiências sensíveis podem contribuir na percepção de uma educação fragmentada, aligeirada e mercantilista. Podem fornecer uma visão distorcida e simplificada das artes por parte de professores e de alunos. Uma visão que dificulta compreender que as artes estão presentes em todas as circunstâncias das nossas vidas: na música, no desenho, na pintura, no poema, nas cartas, no conto, na crônica ou nas recitações de versos.

Os textos literários são essencialmente formas de vida em linguagem. Embora haja mediações na escola de professores que valorizam a classificação dos textos em gêneros ou que priorizam as regras de composição dos textos, a literatura abarca toda a concepção de linguagem como ação, criação e produção.

Para Fronckowiak (2011), o processo de aquisição da leitura e da escrita contribui para o empobrecimento da linguagem numa lógica linear de que ou se brinca ou se aprende, o que não ocorre com a poesia, pois com ela se privilegia o todo em um movimento de circularidade e não de fragmentação. Em consonância com as ideias da autora, esses momentos de corpo-linguagem são cruciais para a percepção do gesto poético como potência criativa.

As experiências de cada leitor com o texto literário são únicas e singulares. Para Larrosa (2005, p. 35), experiência é “[...] sempre do singular, não do individual ou do particular, mas do singular. E o singular é precisamente aquilo do qual não pode haver ciência, mas sim paixão. A paixão é sempre do singular porque ela mesma não é outra coisa que a afecção pelo singular”. Implica compreender que viver uma experiência diz respeito ao modo como a nós “[...] o real se apresenta em sua singularidade” (LARROSA, 2005, p. 35).

Larrosa (2014, p.110) explicita: “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (LARROSA, 2014, p. 18). Nesse pensamento, as crianças são criadoras de sentidos e os professores podem estimular a potência criativa oportunizando momentos em que elas conversem, falem, contem, inaugurem seus sentidos.

[...] recontar, refazer, reconfigurar – narrar o modo como sentimos e experimentamos o mundo, como nele interpretamos nossa existência mundana, como sonhamos e assumimos a nós mesmos nos personagens, nas opções, nas atitudes, nos torna protagonistas de nossa vida, desde sempre entrelaçada com outras vidas (RICHTER, 2016, p. 100).

Além disso, entendo também que a experiência inaugura o pensamento, assim como enuncia Skliar (2012, p. 67) em que “[...] o pensamento não é anterior à experiência. É sua consecução, sua perseguição, seu porvir”. Sendo, pois, experiências singulares que nos permitam construir sentidos, inaugurar imagens a cada momento de evocação da linguagem simbólica.

Cada leitor ou ouvinte constitui seus significados e compreensão do/no mundo pelo modo singular de perceber o real, mesmo quando participam das mesmas vivências, pois “[...] experiência não é conhecimento, mas tem o poder de conferir sentido ao que conhecemos”. (RICHTER, 2016, p. 98) Talvez esses acontecimentos – ou essas singularidades – possam ser entendidos pelas formas de recepção e de ressonância que os textos provocam nos leitores/ouvintes.

Na infância, em casa, as crianças já podem experienciar situações por uma pedagogia da liberdade criativa. Uma pedagogia que ensine o gosto pela leitura, pela ficcionalidade, que proporcione o ato de ler “com o coração e o desejo”. Reyes (2012) expressou desse modo ao se referir como a literatura pode ensinar nossas crianças e jovens a se refugiarem no profundo de si mesmo pela leitura de textos literários. Os textos literários podem desvelar novos mundos possíveis.

A literatura tem a ver com uma forma de “explorar o fundo de nós mesmos” e “nos conectarmos com os outros, iguais e diferentes, que compartilham conosco as raízes humanas.” (REYES, 2012, p. 26) O lugar da literatura na escola pode ser o de criar possibilidades para o reconhecimento das experiências fundantes do humano. Nesse pensamento, o gesto poético da literatura pode contribuir para levar os estudantes a pensarem outros mundos possíveis pela imaginação.

Entendo que estudar literatura consiste em não apenas aprender sobre a classificação dos gêneros literários, formação das escolas literárias ou as técnicas de composição dos textos. Ir ao encontro da literatura significa, com Bachelard (1990, p. 27), “[...] os instantes em que as palavras, hoje como sempre, criam o humano”. É viver a ação de envolver-se com o gesto poético em linguagem escrita ou oral, é deixar-se sentir as sensações, é permitir que o corpo esteja presente nas experiências com a leitura da palavra, seja ela escrita ou vocalizada.

4 CONCLUSÃO

A palavra do texto literário é plurissignificativa, carregada de sentidos que são constituídos por outros sujeitos e que na intersubjetividade ganha novos sentidos. Nesses encontros de leituras e escutas, não nos colocamos na presença física do outro que produziu em gesto poético o texto escrito, mas ficamos na presença construída por nossos sentidos, seja pela voz ou pela recepção imagética de nossos devaneios.

Como a linguagem do texto literário não é uma redução da linguagem, mas a sua amplitude, entendo que o gesto poético da literatura suscita e educa a imaginação. É uma possibilidade de valorizar a amplitude da dimensão literária presente em linguagens que provocam sensibilidades e sentidos, criadoras de mundos. Sendo de outro modo, a Literatura como disciplina nos contextos de educação escolarizada pode fechar os espaços para as experiências.

A formação do humano não pode se cristalizar em raciocínios redutivos para o pensamento, ou seja, como simples ato de classificar, julgar, analisar, raciocinar ou argumentar, mas pensar também é dar sentido ao que somos e ao que nos ocorre. E esse pensamento pode se realizar em experiências de leituras literárias em que haja paciência, tempo, espaço, demora, escuta e deleite. É necessário, nesse sentido, dar-se tempo e espaço, sentir o toque, perceber os gestos ou realizá-los, viver o encontro com os olhares, com os silêncios, as escutas, deixar-se fruir.

Para que os sentidos sejam afetados é fundamental que se permita a ação de estar em linguagem, numa experiência ressonante e fabulosa. Além disso, ressalto que a linguagem aqui não está no sentido de comunicar ou representar, mas de criar, de lançar-se ao mundo para construir os sentidos com a ação corpórea.

Considero que as conversas literárias na sala de aula provocam abertura para as escutas, para o silêncio e para o acolhimento do outro. É uma proposta metodológica que lança mão do sensível porque de alguma forma afeta os sentidos pelo corpo-linguagem. Nessa escuta, entra em jogo uma relação de sentidos intersubjetivos, de sujeitos culturais envolvidos em um movimento de ser e não ser, de pertencer e não pertencer, de estranhamento ou acolhimento.

Esta pesquisa constituiu, portanto, um percurso educativo em que a leitura literária na escola é compreendida como um movimento de transformação humana desde que seja realizada com demora, paciência e escuta. O gesto poético é um convite para o pensamento, a reflexão existencial, e a produção de sentidos.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. **Fragmentos de uma poética do fogo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução Esteia dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BICUDO, Maria Aparecida V. Pesquisa Qualitativa: Significados e a razão que a sustenta. **Revista Pesquisa Qualitativa, Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativos**, v. 1, n. 1, 2005.
- BAJOUR, Cecilia. **Ouvir nas entrelinhas**: o valor da escuta nas práticas de leitura. Tradução de Alexandre Morales. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 05 de nov. 2020.
- FRONCKOWIAK, Ângela. **Poesia e infância**: o corpo em viva voz. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 2 (65), p. 93-107, maio/ago. 2011.
- FRONCKOWIAK, Ângela Cogo; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Educar para ler desde a infância**: o valor poético da vocalidade e da imaginação. **ETD – Educação temática Digital**. Campinas, SP, v. 3, n. 1. p.157-176. jan./mar. 2021
- JEAN, Georges. **Leitura em voz alta**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. Tradução de Cynthia Farina. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. **Tremores**: escritos sobre experiência. Tradução de Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- LISPECTOR, Clarice. **Um sopro de vida**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- REYES, Yolanda. **Ler e brincar, tecer e cantar**: literatura, escrita, educação. Tradução: Rodrigo Petonio; São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.
- REZENDE. Antonio Muniz de. **Concepção fenomenológica da educação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.
- RICHTER, Sandra Regina Simonis. **Educação, arte e infância**: tensões filosóficas em torno do fenômeno poético *Crítica Educativa (Sorocaba/SP)*, v. 2, n. 2, p. 90-106, jul./dez.2016.
- SIMEÃO, Manuelle P. da Costa; MOCROSKY, Luciane Ferreira. Pesquisa qualitativa e a abordagem fenomenológica: o percurso da professora pesquisadora Maria Aparecida Viggiani Bicudo. **ACTIO**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 236-252, set./dez. 2018. Seção Entrevistas.
- SKLIAR, Carlos. **Experiências com a palavra**: notas sobre linguagem e diferença. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.
- TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. (Trad. Caio Meira). Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

Informações:
(98) 3471 1955
www.fapeduca.com